

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de História - HIS
Monografia de Conclusão - Curso de Graduação
Professor Orientador: Dr. Mateus Gamba Torres

Tramitação e negociação da Emenda Constitucional nº 4, de 1961
10 dias entre a ruptura constitucional e a guerra civil

Bruno Gasparotto Ponne

Brasília
2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de História - HIS

Tramitação e negociação da Emenda Constitucional nº 4, de 1961
10 dias entre a ruptura constitucional e a guerra civil

Bruno Gasparotto Ponne

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de bacharel em História, sob a orientação do professor Dr. Mateus Gamba Torres.

Banca realizada no dia 08 de dezembro de 2016. Membros da Banca:
Dr. Antônio José Barbosa e Dra. Ione de Fátima Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à história e à historiografia por me ensinarem que na experiência da vida, tudo pode, sempre, ser visto sob uma outra perspectiva, sob um prisma distinto; e que, na infinitude da existência, podemos fugir das dualidades e maniqueísmos e criar algo mais bonito.

Agradeço a minha professora de História da Fundação Liberato (Novo Hamburgo/RS), Ana Izabel Fernandes, por me despertar, com competência e dedicação, o interesse pela história brasileira.

Agradeço aos professores da Universidade de Brasília que, de forma brilhante, apresentaram-me um pouco da riqueza do conhecimento historiográfico: André Gustavo de Melo Araújo, Antônio José Barbosa, Carlos Eduardo Vidigal, Eleonora Zicari Costa de Brito, Estevão de Resende Martins, Ione de Fátima Oliveira e Mateus Gamba Torres.

Também agradeço aos meus amigos pela amizade e convivência, especialmente: Leonardo Arnold, Luciano Nascimento Lima Filho e Luís Henrique Lehnen.

Por fim, agradeço aos meus pais, Décio e Margareth e à minha família pelo apoio desde sempre e a Deus, que representado ao longo dos milênios, nos conforta e nos permite continuar.

Les historiens nous proposent du passé des systèmes trop complets, des séries de causes et d'effets trop exacts et trop clairs pour avoir jamais été entièrement vrais; ils réarrangent cette docile matière morte, et je sais que même à Plutarque échappera toujours Alexandre.

Marguerite Yourcenar - Mémoires d'Hadrien (1974)

RESUMO

Esta pesquisa aborda o contexto de tramitação, discussão e votação da Emenda Constitucional nº 5, de 1961, que instituiu o regime parlamentarista no Brasil como forma de solucionar a crise de sucessão ocasionada pela renúncia de Jânio Quadros. A historicidade do processo que culminou com a aprovação da Emenda foi investigada com base nos discursos parlamentares e registros contidos no Diário do Congresso Nacional. Foi verificado, além disso, em que medida estiveram presentes, neste processo, as representações anticomunistas, intervencionistas e legalistas.

PALAVRAS-CHAVE: Emenda Constitucional Parlamentarista, crise, Diário do Congresso Nacional

ABSTRACT

This research approaches the context of negotiation and voting of the Constitutional Amendment no. 5, 1961 which established the parliamentary system as a way to sort out Jânio Quadros' resignation crisis. The historicity of the process which approved the Constitutional Amendment was investigated based on the parliamentary speeches and other data registered in the National Congress Diaries. This paper also analyzed to what extent anticommunist, interventionist and legalistic representations are present in that process.

KEY WORD: Parliamentary Constitutional Amendment, crisis, National Congress Diary

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I - Uma previsão constitucional “absolutamente inconveniente”.....	17
CAPÍTULO II - “O regime não falhou. Falharam os homens”.....	34
CONCLUSÃO.....	55
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

INTRODUÇÃO

A história política com base em documentos do Estado já foi considerada, no século XIX, a maneira mais consistente de conceber um discurso historiográfico. O estudo de documentos oficiais e de acontecimentos envolvendo as grandes personalidades eram essenciais para escrever a história. No século XX, no entanto, ocorreu um movimento de renovação das perspectivas sobre como fazer história. Começaram a aparecer, nesse momento, os traços da *nouvelle histoire*, conforme cita José Carlos Reis:

A expressão *nouvelle histoire* (...) designa a história sob a influência das ciências sociais, que começou a ser elaborada a partir do debate entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores, no início do século XX, e se corporificou na revista de história, *Annales d'Historie Economique et Sociale*, fundada em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch.¹

José Carlos Reis caracteriza a nova “escola” historiográfica como um movimento em direção à interdisciplinaridade. Das ciências sociais, esses novos historiadores retiveram a perspectiva de longa duração em detrimento da valorização dos eventos. Assim, a análise das estruturas e das permanências no tempo ganha uma maior preeminência. Por outro lado, o aspecto político, ligado à curta duração, é silenciado, como evidencia Reis ao afirmar que o movimento dos *Annales* “...abandonou o pressuposto da história produzida pelo sujeito consciente através do Estado-Nação, recusando a história política...”.² Desse modo, a história passou a valorizar as análises da economia e da sociedade em longos períodos de tempo. Para esse novo movimento historiográfico, as ações de governantes que, por alguns anos, ocuparam papel central em determinado Estado estavam inseridas em algo mais abrangente e determinante: as estruturas. Para Fernand Braudel, proeminente historiador da 2ª geração dos *Annales*, estrutura “é sem dúvida um agregado, uma arquitetura; porém, mais ainda, uma realidade que o tempo pouco deteriora e que veicula por um longo período”.³ Portanto, o conceito de estrutura está ligado à identificação da repetição e da permanência na longa duração.

Ao serem valorizadas as estruturas econômicas e sociais em detrimento dos acontecimentos pontuais e dos agentes individuais, a história política tradicional perde espaço. O social e o econômico passam a dominar as lentes que examinam o passado. No final dos

¹ REIS, José Carlos: **Escola dos Annales - a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 65.

² *Ibidem*, p. 66.

³ BRAUDEL, Fernand apud BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2012.

anos 60 do século XX, no entanto, a história política volta a ter espaço sob novas formas de construção surgidas de renovações por que passou o movimento dos *Annales* em sua 3ª fase.

José Carlos fala em uma *nouvelle nouvelle histoire*⁴ em que a “história cultural ganhou o lugar da história econômico-social”⁵. Nesse momento, a cultura, o imaginário e as formas como as sociedades percebem o mundo - as representações - se tornaram importantes. Sandra Pesavento conceitua as representações como “os processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão”⁶. Assim, a representação pode ser considerada como um meio pelo qual os indivíduos dão sentido à realidade que os cerca. A autora alerta ainda para o fato de que a representação “não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”⁷. Assim, por ser uma apreensão subjetiva do real, a representação não coincidirá com a realidade, uma vez que é condicionada pelos sentidos de um determinado indivíduo ou coletividade. Outro conceito importante para a história cultural é o de imaginário. Pesavento o conceitua como “um sistema de representações coletivas” construído pelos homens, em cada época, “para conferir sentido ao real”⁸. O imaginário é, pois, a forma como um grupo social percebe o mundo, ou seja, é um grupo de representações sobre o real partilhadas por mais de um indivíduo. Pode se manifestar por meio de ideologias, crenças, conceitos e valores.

É no contexto da 3ª fase nos *Annales* que surge a nova história política. Para Serge Berstein “O móvel principal dessa renovação consistia em aplicar à história política os enfoques e questionamentos das ciências humanas e sociais, da ciência política, e os novos horizontes abertos pela voga da história cultural, em particular no campo das representações”⁹. Destarte, a história política abre-se aos problemas da história cultural e da ciência política para dar conta de explicar o que condiciona os comportamentos políticos. Segundo o autor, a cultura política é importante ferramenta para explicar as ações políticas. Para ele, cultura política é “...um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político”¹⁰. Nesse aspecto, a cultura política é suprapartidária. Por exemplo, um

⁴ REIS, José Carlos: **Escola dos Annales - a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 112.

⁵ Ibidem, p. 113.

⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 40.

⁷ Ibidem, p. 40.

⁸ Ibidem, p. 43.

⁹ BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In AZEVEDO, Cecília...[et al.] (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 29-30.

¹⁰ Ibidem, p. 31.

conjunto de representações que valorizem a democracia em detrimento da ditadura não é algo vinculado a determinado partido político, mas pode ser parte de um imaginário da maior parte da classe política de uma nação. Além disso, esse autor afirma que a cultura política é composta por “...vários sistemas de representação coerentes, rivais entre si, que determinam a visão que os homens que deles participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão do poder, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos.”¹¹ Em vista disso, apreende-se que cultura política está relacionada à forma como determinados grupos políticos veem o mundo, seus medos, suas angústias, suas prioridades, aquilo que julgam justo e injusto, suas ideologias, religiões e posicionamentos frente ao meio em que vivem.

Dessa maneira, o enfoque político renovado, que considera a cultura política de um tempo e de uma sociedade, certamente tem muito a contribuir para o entendimento do passado. A história política retorna, portanto, como enfoque relevante para retomar o passado sempre por meio de um discurso verificável, baseado em fontes e construído em torno de um método claro.

Essa pesquisa busca, nessa nova perspectiva de história política, contribuir para a compreensão da crise ocorrida no Brasil, em 1961, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Essa crise foi desencadeada a partir do momento em que os Ministros das pastas militares, ao tomarem conhecimento da vacância do cargo de Presidente da República, vetaram a posse do Vice-Presidente da República, João Goulart, determinada pela Constituição Federal de 1946.

O episódio ocorreu no início dos anos 60 do século XX, momento em que o Brasil e o mundo viviam o período conhecido como Guerra Fria, caracterizado pela oposição de duas superpotências: Estados Unidos da América - EUA - e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS. Segundo Eric Hobsbawm, “A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência - a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra (...). Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos...”¹²

¹¹ BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In AZEVEDO, Cecília...[et al.] (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 32.

¹² HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 224.

Desse modo, nos anos 60, o mundo vivia um momento de bipolaridade em que o comunismo e o capitalismo disputavam espaço e eram representados por dois Estados antagônicos. Capitalismo e socialismo opunham-se no mundo todo e penetravam a cultura, a economia e a política do mundo.

Nesse contexto, Jânio renunciou, no dia 25 de agosto de 1961, marcando o início de uma crise que duraria 10 dias e envolveria todo país. Como João Goulart encontrava-se no exterior, a linha sucessória, prevista na Constituição Federal de 1946, determinava que o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili (PSD-SP), assumisse a Presidência da República enquanto o Vice-Presidente não retornasse ao Brasil. No entanto, o Ministro da Guerra, Odílio Denis, apoiado pelos Ministros da Aeronáutica, Gabriel Grün Moss, e da Marinha, Sílvio Heck, comunicaram ao Congresso Nacional que julgavam inconveniente a posse de João Goulart por razões de segurança nacional¹³. Interessam a essa investigação as posturas dos parlamentares e as negociações para solucionar essa crise.

Jorge Ferreira, ao abordar o período que se estende de 1945 a 1964, afirma que “Há, entre muitos estudiosos, resistências em reconhecer que, durante essa época, o país conheceu uma experiência democrática.”¹⁴. Para o autor, tanto uma esquerda ressentida pelo golpe de 1964 quanto uma direita ávida por apagar qualquer valor positivo do período anterior a 1964 teriam contribuído para desqualificar a democracia de 1945 a 1964. Nesse sentido, justificam-se estudos que demonstrem o poder dos partidos políticos, das manifestações populares e das negociações, expressões da democracia que de fato existiu nesse período. Ao lado disso, autores como Jorge Ferreira e Paulo Markun privilegiam muito mais as negociações entre Congresso Nacional e Forças Armadas e entre Congresso Nacional e Goulart. A tramitação e a discussão da emenda parlamentarista e sua aprovação não é enfocada nesses trabalhos. Em vista disso, convém explorar a historicidade dessa negociação entre as agremiações dominantes da época: PSD, UDN e PTB. Tal esforço se justifica ainda na medida em que o Diário do Congresso Nacional daquele período contém discursos que revelam a cultura política e as visões de mundo dos políticos da época. Tudo isso enriquece a historiografia, ajuda a corrigir imprecisões, preencher lacunas e silêncios de um episódio tão emblemático na história do Brasil.

¹³ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 251.

¹⁴ FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In FONSECA, Pedro Cezar Dutra e BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Unesp, 2012. p. 313.

O historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen afirma que:

Muitos historiadores profissionais consideram que seu serviço à verdade só pode ser prestado se isolarem sua representação do passado com relação aos embates de suas épocas. Essa neutralidade é uma esperança vã. Nenhuma narrativa histórica é possível sem uma perspectiva e os critérios de sentido histórico com ela relacionados. Esses critérios são derivados da orientação cultural da vida prática. Eles têm de estar expressos numa forma conceitual tal que mantenham sua relevância para a vida atual, mesmo se versam sobre coisas passadas.¹⁵

Desse modo, não existe conhecimento histórico livre das questões do tempo em que é produzido. Também a presente pesquisa não pode ignorar as preocupações presentes, que motivam seu olhar ao passado. Ao lado disso, não cabe ocultar a subjetividade inerente ao discurso historiográfico. Porto Alegre foi a sede do movimento legalista de 1961 e é também a capital de meu estado, o Rio Grande do Sul. Certamente, por ser do estado que apresentou o foco de defesa da Constituição de 1946 e por ter ouvido desde a infância histórias sobre o episódio, esse é um tema que a mim interessa. Ademais, em 2016, 55 anos depois, o Brasil vive novamente um momento de instabilidade política. As representações de mundo de políticos e de setores da sociedade apresentam-se e marcam diversos posicionamentos que são expressos por discursos. Muitas vezes, as representações expressas em discursos parlamentares, em mídias sociais e na imprensa lembram aquelas da Guerra Fria, aquelas de 1961. Nessa medida, é desse lugar e desse tempo que parto para trazer uma historicidade da crise de 1961 e verificar o imaginário contido no discurso de um outro tempo, que é único, mas que permanece sendo retomado e transformado, para firmar e justificar posições no presente.

Esta investigação visa, portanto, analisar a historicidade da discussão e aprovação da Emenda Constitucional Parlamentarista de 1961 e explorar, ao longo dessa narrativa, em que medida estiveram presentes no discurso parlamentar as seguintes representações: a) anticomunistas; b) intervencionistas; c) legalistas, em defesa da Constituição de 1946 e da democracia.

Em relação às representações anticomunistas, utilizar-se-á o conceito de imaginário anticomunista de Rodrigo Patto Sá Motta. Para o autor, “Os comunistas foram representados, ao longo da história, através da utilização de uma farta gama de adjetivos que lhes atribuíam

¹⁵ RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2010. p. 101.

qualidades negativas”¹⁶ Dentre as representações que compunham o imaginário anticomunista do autor, três principais são destacadas: a identificação do comunista ao demônio; a associação do comunismo a uma patologia, anomalia, doença; e a ligação entre comunismo e ameaça estrangeira.

As representações intervencionistas e legalistas serão analisadas sob os conceitos de José Murilo de Carvalho. Para o autor, o comportamento das Forças Armadas foi caracterizado por três grupos principais: “o soldado-cidadão, ou a intervenção reformista”; “o soldado profissional, ou a não-intervenção”; e “o soldado-corporação ou a intervenção moderadora”¹⁷. Enquanto o primeiro grupo defendia a intervenção em busca de reformismo social e ressentia-se em relação às elites políticas, o segundo era favorável ao Exército “dedicado à preparação da defesa do país, longe das lutas políticas.”¹⁸. Ou seja, defendiam a profissionalização das Forças Armadas e seu distanciamento da arena política. Utilizar-se-á, nessa investigação, no entanto, o terceiro grupo, dos intervencionistas moderadores. Segundo Carvalho, esse foi o grupo que predominou após a era Vargas. Enquanto a ideologia do soldado-cidadão propunha a intervenção reformista, os intervencionistas moderadores propunham “uma intervenção controladora ou moderadora, a ser levada a efeito pela organização como tal, orientada por seu órgão de cúpula, o Estado-Maior”¹⁹. Assim, não seriam mais os tenentes, em ação contestatória, a intervir, mas os generais alinhados, progressivamente mais, à elite econômica. Carvalho afirma que, nos anos posteriores a Vargas, inclusive nos anos 60:

Desaparecera o militar reformista das décadas de 1920 e 1930. Graças a expurgos sucessivos e mudanças organizacionais, as Forças Armadas tornaram-se mais fortes, mais coesas, e mais conservadoras. Ajudaram a destruir a república oligárquica dos coronéis da Guarda Nacional mas implantaram a república autoritária dos generais, exemplo de modernização conservadora²⁰

Desse modo, em 1961, quando defendia-se a intervenção militar, defendia-se a intervenção das Forças Armadas cuja cúpula estava alinhada às elites econômicas.

Para desenvolver esta pesquisa, serão utilizados os discursos parlamentares disponíveis no Diário do Congresso Nacional. Este consiste em uma publicação oficial do

¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 47.

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 38-43.

¹⁸ *Ibidem*, p. 41.

¹⁹ *Ibidem*, p. 42.

²⁰ *Ibidem*, p. 117.

Poder Legislativo Brasileiro e destina-se a registrar os discursos parlamentares das sessões plenárias ocorridas no Congresso Nacional. Ele inclui discursos, resultados de votações, requerimentos feitos por parlamentares e textos de matérias legislativas que foram apreciadas. O diário possui duas seções: o Diário do Congresso Nacional (Seção I), referente à Câmara dos Deputados e o Diário do Congresso Nacional (Seção II), referente ao Senado Federal. Quando não há menção à seção, trata-se de publicação referente ao Congresso Nacional, a união do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.



Figura 1: Diário do Congresso Nacional

O cabeçalho do Diário do Congresso Nacional traz as seguintes informações, conforme Figura 1: o nome do país à época da Constituição de 1946; o título da publicação; a identificação da Seção (I, II ou sem indicação); o ano, em algarismos romanos, em relação à Constituição de 1946; o número serial dentro daquele ano; o local; e a data.

Em geral, a ata de uma Sessão Legislativa é publicada no dia posterior ao acontecimento da sessão. Dessa forma, como exemplo, no Diário do Congresso Nacional (Seção II), da Figura 1, encontra-se a Ata da Sessão Legislativa do Senado Federal ocorrida no dia 26 de agosto de 1961. Toda ata informa data, horário e os parlamentares presentes na sessão plenária. As páginas do Diário do Congresso Nacional começam a ser numeradas ao início do ano e seguem a sequência crescente até o final do ano, ou seja, a paginação não é zerada a cada novo número, mas a cada novo ano. O Diário do Congresso Nacional pode ser encontrado, digitalizado, nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal do Brasil.²¹

²¹ BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, 1961. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/diarios/PublicacoesOficiais>>. Acesso em 21 mai. 2016.

O volume de discursos sobre a crise de 1961 presentes no Diário do Congresso Nacional é muito expressivo. Desse modo, houve um recorte das fontes a serem utilizadas nessa pesquisa para torná-la viável como atividade monográfica em nível de graduação acadêmica. Em primeiro lugar, optou-se por analisar as representações presentes nos discursos de senadores, ou seja, trabalhar-se-á com o Diário do Congresso Nacional (Seção II) e, subsidiariamente, com as publicações referentes a sessões do Congresso Nacional. Ademais, utilizar-se-á as edições de 26 de agosto de 1961 a 4 de setembro de 1961, intervalo entre a renúncia de Jânio Quadros e a promulgação da Emenda Constitucional nº 4. Ainda, dentro desse período, 5 publicações serão analisadas mais detidamente pelas justificativas que seguem: a ata da sessão do dia 25 de agosto de 1961, por conter a reação do Senado em relação à vacância do cargo de Presidente da República; a ata da sessão do dia 28 de agosto, ponto de inflexão da crise política, quando o III Exército adere à causa legalista; a ata do dia 31 de agosto, por ser a sessão em que são discutidas as normas diferenciadas que regularão a tramitação da proposta de emenda constitucional parlamentarista; por fim, as atas do dia 1º e 2 de setembro por serem as ocasiões em que os senadores discutiram e votaram a proposta de emenda.

Para analisar os discursos parlamentares em questão, Durval Albuquerque Júnior afirma que é necessário proceder a duas análises, a interna e a externa. Ambas “vão em busca das marcas de historicidade, das marcas que a temporalidade particular em que foram produzidos deixou nesses discursos”²². Nesse sentido, a análise externa estaria mais relacionada às relações que um determinado discurso possui com o mundo exterior que o cerca. Ou seja, um discurso reflete e insere-se em um ponto do tempo que tem cultura, economia, sociedade e política próprias. A análise externa reside em situar o discurso no contexto que o engloba.

Na análise externa, o pesquisador precisa saber com precisão a datação e a localização espacial, a inequívoca atribuição de autoria e inquirir sobre o momento histórico e em que circunstâncias o pronunciamento ou discurso veio à luz, a pretexto de que, em que situação e com quais objetivos ele foi emitido.²³

Assim, a análise externa preocupa-se em localizar o discurso no espaço e no tempo e preencher o mundo que o envolve. Já em relação à análise interna, o autor afirma que “o

²² ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 236.

²³ *Ibidem*.

discurso não é transparente, não é uma lente ou um espelho através do qual vemos o que está fora ou para além dele simplesmente”²⁴. Em outras palavras, o discurso não é apenas a descrição de algo que lhe é externo, ele possui características, regras, lógica e estruturas próprias. Essa lógica, essa existência imanente do discurso é com que se preocupa a análise interna.

Trata-se de não simplesmente considerar o discurso como sendo a obra de um indivíduo isolado ou como mero reflexo do que lhe é exterior, mas de se perguntar pelas regularidades que se podem mapear entre os discursos que circulam numa dada época, que coexistiram, que formaram séries, que pertenceram ou pertencem a um dado saber, que se referiram ou se referem a um dado tema, que falaram ou falam de um dado sujeito, que nomearam ou nomeiam um dado objeto, que utilizaram ou utilizam-se de um dado conceito, de uma dada noção, que usaram ou usam dados enunciados.²⁵

Desse modo, a análise interna está preocupada com as estruturas próprias que o autor do discurso utiliza para construir o discurso, as imagens que vai criando de si e do mundo exterior de seu tempo, de seus temas e de suas preocupações. A análise interna busca as representações contidos no próprio discurso, ou seja, um mundo semântico que só existe nele ou que, eventualmente, é partilhado por outros autores de discursos. Buscar regularidades de representações em discursos de um mesmo espaço, tempo, tema também é parte da análise interna.

Nesse aspecto, a presente pesquisa buscará analisar interna e externamente os discursos que envolveram a aprovação da Emenda Constitucional nº 04 de 1961, conforme recorte temporal e das fontes já mencionado anteriormente. Quanto à análise externa, o autor Jorge Ferreira e seus trabalhos imprimirão sentido ao mundo que rodeava os discursos de 1961. Quanto à análise interna, utilizar-se-á o imaginário anticomunista do autor Rodrigo Patto Sá Motta e os conceitos de intervencionismo de José Murilo de Carvalho.

No primeiro capítulo, será esboçado o contexto da crise de 1961 e serão narrados os primeiros dias do episódio. Mais precisamente, será analisado o período da renúncia de Jânio Quadros, 25 de agosto, até o veto dos Ministros militares, em 28 de agosto. Por sua vez, no segundo capítulo, o período de 28 de agosto a 3 de setembro será analisado. Neste capítulo será abordada a cadeia da legalidade e o apoio do III Exército a esse movimento, além do avanço da emenda parlamentarista e sua votação. Desse segundo período, os dias 31 de

²⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 237.

²⁵ *Ibidem*, p. 238.

agosto, 1º e 2 de setembro serão analisados mais detidamente pelos motivos já citados. Ao longo desses dois capítulos, a análise interna e externa dos discursos buscará, por meio de uma narrativa verificável metodologicamente, dar um sentido a esse período de 10 dias em que o Brasil esteve à beira da guerra civil e em que a Constituição teve de ser reformada, às pressas, para evitar o conflito civil e a intervenção militar direta.

CAPÍTULO I - Uma previsão constitucional “absolutamente inconveniente”

“Uma coisa estranha, artificial”. “Um matagal com alguns prédios”. É assim representada, na memória de Maria Thereza Goulart, a recém fundada Brasília dos anos 60. “Como isso aqui pode ser a capital do país?”²⁶, perguntava-se a esposa de João Goulart, o petebista que assumiria a Presidência da República em 7 de setembro de 1961. A construção de Brasília foi parte do Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek (PSD). Juscelino, por meio deste programa, visava conjugar o Estado, a empresa privada nacional e o capital internacional para promover crescimento econômico. As metas envolviam os setores de energia, transportes, indústria de base e a chamada meta-síntese: a construção de Brasília. Em sua perspectiva, o deslocamento da capital do sudeste para o centro do país promoveria maior integração do território nacional e facilitaria o desenvolvimento econômico.²⁷

A nova capital brasileira foi inaugurada no dia 21 de abril de 1960. O local escolhido para construção de Brasília foi o Planalto Central, no centro-oeste brasileiro, caracterizado pela vegetação do cerrado e pelos longos períodos de seca, no caso de Brasília, amenizados pela construção de um lago artificial, o lago Paranoá. Pouco mais de um ano depois da inauguração da capital, no novo prédio do Congresso Nacional, encontrava-se o Senado reunido. Era sexta-feira, 25 de agosto, em um desses longos períodos de seca. O ar era seco; o clima, árido e tenso.²⁸

Passava das 21 horas e discursava na tribuna o Senador Saulo Ramos, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O PTB, que seria extinto em 1965 pelo Ato Institucional nº 02, fora fundado em 1945.²⁹ No dia anterior, 24 de agosto de 1961, havia feito 7 anos da morte de um de seus fundadores, Getúlio Vargas, que se suicidou em 24 de agosto de 1954. O Senador Saulo Ramos, naquele momento, proferia discurso em homenagem ao ex-presidente e contava sua experiência junto a ele em seus últimos momentos no Palácio do Catete, no Rio de

²⁶ Depoimento de Maria Thereza Goulart a Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, 2003 In FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 224.

²⁷ LAFER, Celso. Programa de Metas. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

²⁸ Informações disponíveis no Banco de dados meteorológicos para ensino e pesquisa do INMET - Instituto Nacional de Meteorologia atestam que a precipitação no período de 24 a 31/08/1961 foi de 0%. Além disso, a umidade relativa média oscilou entre 31,25% e 44,25% naquele mesmo período. Esses dados podem ser verificados no portal do instituto: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=bdmep/bdmep> acessado em 08/09/2016.

²⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

Janeiro: “Fui, Sr. Presidente, o último médico a auscultar o insigne estadista e ouvir a fibrilação mortal do seu coração quando sua alma se trasladou suavemente para eternidade”³⁰. Getúlio foi ligado diretamente à gênese do PTB. Em 1945, “estabeleceu sua base social - os sindicatos corporativistas -, e definiu seus objetivos em termos da defesa da legislação social e do desenvolvimento nacional”, conforme Maria Celina D`Araújo.³¹ Ainda segundo a autora, com o fim do Estado Novo, em 1945, Vargas buscou concentrar no PTB sua base eleitoral entre os trabalhadores urbanos sindicalizados e ligados à burocracia federal, representada pelo Ministério do Trabalho³². Entre suas bandeiras, estavam: “defender o poder aquisitivo das classes médias e populares”; “corrigir as desigualdades regionais”; e “lutar pela reforma agrária”³³. O PTB era, nesse sentido, um partido ligado aos trabalhadores e à manutenção e ampliação dos direitos sociais conquistados desde 1930.

O Senado, no entanto, era composto por senadores filiados, sobretudo, a mais dois partidos: a União Democrática Nacional - UDN - e o Partido Social Democrático - PSD. A UDN, em oposição ao PTB, era antigetulista e liberal e teve papel central na queda de Vargas em 1945. O partido acomodou mormente a elite liberal e objetivou, “a longo prazo, eliminar da vida política nacional a força pragmática e mítica do getulismo e também do trabalhismo.”

³⁴ O PSD, por sua vez, foi fundado pelos interventores escolhidos por Vargas durante o Estado Novo, e buscou, desde 1945, estabelecer permanências na ruptura que representava a queda do regime estado-novista. Desse modo, consistia em um partido getulista, com a maior força eleitoral no país e habilidoso em suas negociações, marcadas pelo pragmatismo. Seu principal aliado foi o também getulista, PTB, embora tenha havido alianças também com a UDN, principalmente a partir de fins da década de 50. O PSD foi formado por setores da classe média urbana e, sobretudo, por representantes das oligarquias estaduais³⁵.

Esse quadro político brasileiro insere-se num contexto internacional marcado pela Guerra Fria que opunha capitalismo e socialismo. Em relação ao primeiro, seu principal sustentáculo eram os Estados Unidos da América. Quanto ao segundo, a União Soviética.

³⁰ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 26.ago.1961, Seção II, p. 1820).

³¹ ARAÚJO, Maria Celina D'. **Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp. 19-20.

³² Ibidem, p. 20.

³³ Ibidem, p. 137.

³⁴ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 137.

³⁵ Ibidem, p.139.

Nesse quadro, certamente a UDN e o PSD ligavam-se mais aos setores conservadores, indiferentes aos ideais de maior participação popular e de igualdade social. Para Maria Celina d'Araujo, o PTB passou a representar, cada vez mais, um perigo, um foco de avanço das forças de esquerda. A autora considera que o apoio do PTB à política externa independente de Jânio Quadros, aproximando-se do Oriente socialista, foi o fator que causou rompimento entre PTB e PSD, em março de 1961. Assim, existia “temor em relação ao avanço da esquerda e a expectativa de que a esquerdização seria um processo crescente e sem volta, caso não se efetuassem uma intervenção rápida e eficaz”³⁶. O medo do comunismo é parte da cultura política dos anos 60 e parte dos senadores que compunham aquela legislatura compartilhavam desses anseios e medos. Embora, por muitas vezes, a UDN tenha associado o PTB ao “perigo comunista”, esta legenda, segundo Lucilia Delgado, sobretudo após 1954, era caracterizada pelo trabalhismo reformista: “comprometida com a causa nacionalista e com a defesa de reformas sociais e econômicas profundas no país”³⁷.

Naquela sexta-feira de agosto, o Senado era composto, principalmente por parlamentares dessas três siglas: PSD, UDN e PTB. O Presidente do Senado Federal era o senador Moura Andrade³⁸ do PSD, partido com a maior bancada do Parlamento. Foi ele quem, mais cedo, nesta mesma sexta-feira, 25 de agosto de 1961, recebeu a notícia da renúncia do Presidente da República. Esse era o motivo daquela sessão. Os ânimos estavam exaltados e a maioria dos senadores apreensivos. Havia temor pelo rumo que o país seguiria nos próximos dias.

³⁶ ARAÚJO, Maria Celina D'. **Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 140..

³⁷ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 143.

³⁸ Auro de Moura Andrade nasceu em 1915 ao norte do estado de São Paulo, na cidade de Barretos, onde seu pai consolidara-se como industrial e comerciante. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e filiou-se, em 1947, à UDN, agremiação pela qual foi eleito deputado estadual naquele mesmo ano e deputado federal em 1950. Filiou-se ainda ao Partido Democrata Cristão (PDC), ao PTB e ao PTN (Partido Trabalhista Nacional), tendo sido eleito senador pelo estado de São Paulo por esta última sigla em 1954. Ao longo deste mandato, filiou-se ao PSD e foi eleito, em março de 1961, Presidente do Senado Federal, cargo para o qual seria reeleito por sete vezes, permanecendo até 1968 na Presidência do Senado. Naquele ano, a cúpula militar que havia tomado o poder e já não lhe demonstrava simpatia desde 1964, conseguiu eleger seu candidato, o senador arenista Gilberto Marinho, para Presidência do Senado. Moura Andrade retirou-se da vida política em 1971 e faleceu em 1982. Fonte: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 09/09/2016.

Mais cedo, por volta das 15h30min, Moura Andrade interrompeu o curso da sessão para um grave comunicado ao plenário do Senado: “Acabo de receber de mãos do Senhor Ministro da Justiça, Dr. Pedroso Horta, ofício de renúncia do mandato de Presidente da República do Sr. Jânio Quadros”³⁹. Assim que Moura Andrade comunicou a renúncia aos parlamentares, o plenário mergulhou em perplexidade. Os senadores queriam conhecer os termos da renúncia e saber sobre o “manifesto” que Jânio havia publicado. No entanto, Moura Andrade considerou que caberia ao Congresso Nacional, e não ao Senado, conhecer oficialmente a renúncia do Presidente da República. Marcou, por isso, para as 16h45min, reunião conjunta das duas casas do Congresso Nacional. Em sua fala, percebe-se certa angústia em relação à conjuntura que se apresentava:

Só desejo, neste instante, que Deus nos inspire a todos e faça com que possamos decidir, em hora de tão extrema importância para a vida nacional, com perfeito equilíbrio e com todas as energias da nossa vocação pública. Não posso deixar de transmitir as profundas apreensões que ocupam o meu espírito e também o dos senhores congressistas e o de toda nação brasileira.⁴⁰

As apreensões de que fala o senador certamente referem-se à sucessão de Jânio Quadros. Como João Goulart encontrava-se no exterior, em viagem à República Popular da China, a linha sucessória, prevista na Constituição Federal de 1946, determinava que o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili (PSD-SP), assumisse a Presidência da República enquanto o Vice-Presidente não retornasse ao Brasil. No entanto, temia-se que setores decisivos da sociedade, sobretudo as Forças Armadas, pudessem intervir com intuito de impedir a posse de João Goulart tido como simpático ao bloco socialista.

O Presidente da República que acabara de renunciar havia sido eleito pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), agremiação pouco representativa no Parlamento Brasileiro, em aliança com a UDN em 3 de outubro de 1960 obtendo 48% dos votos contra 32% de Henrique Lott da aliança PTB e PSD.⁴¹ Era a primeira vez, desde 1945, que a aliança entre PTB e PSD perdia a eleição presidencial. A UDN, enfim, chegara à Presidência da República. No entanto, apesar de eleito em coligação com a UDN, Thomas Skidmore alerta para uma “frágil fidelidade” de Jânio àquela agremiação⁴². Em verdade, segundo o autor, Jânio construía em torno de si uma imagem de político acima da estrutura partidária convencional caracterizada

³⁹ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 26.ago.1961, Seção II, p. 1818).

⁴⁰ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 26.ago.1961, Seção II, p. 1818).

⁴¹ MAYER, Jorge Miguel e XAVIER, Libânia. Jânio Quadros. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁴² SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 231.

pelos três principais partidos: UDN, PSD e PTB.⁴³ Desse modo, Jânio criava a imagem do político que, acima da estrutura partidária deficiente e problemática, lutaria contra o sistema estabelecido, a corrupção, a ineficiência e a injustiça social.

A eleição para Vice-Presidente da República, à época, era separada da eleição para Presidente. Naquele ano, João Goulart (PTB) venceu o candidato udenista Milton Campos. Skidmore afirma que Jânio manifestava “tolerância com os comitês locais Jan-Jan que insistiam com os eleitores para que dividissem o voto, escolhendo Jânio Quadros para presidente e João Goulart para vice.”⁴⁴ Nesse sentido, a postura do Presidente eleito era ambígua, descomprometida com os partidos políticos. Ora adotava ações simpáticas à esquerda, ora alinhava-se aos interesses mais conservadores.

Ao organizar seu ministério, Jânio deixou de fora os antigos situacionistas com exceção do Ministério da Viação que ficou com o PSD.⁴⁵ Isso demonstra, desde o início, uma indiferença do Presidente em relação ao Parlamento, dominado pela aliança entre PTB e PSD. Na área econômica, sua postura foi ortodoxa: houve restrição de crédito, congelamento de salários e corte de subsídios às importações num esforço para estabilização da economia. Segundo Skidmore, “os esforços de estabilização do governo lhe garantiram altos elogios no exterior.”⁴⁶ Ao mesmo tempo, a política econômica ortodoxa agradou a UDN e os grupos de poder internos. Por outro lado, na área de Relações Exteriores, o Presidente, juntamente com seu Ministro das Relações Exteriores, o senador Afonso Arinos de Melo Franco (UDN), objetivou construir uma “política externa independente” em que o Brasil aproximar-se-ia tanto do bloco socialista como do Ocidente.

É importante lembrar que em 1961 “vivia-se a época posterior à Guerra da Coreia e à Revolução Cubana”⁴⁷ Isso significa que o momento era de grande tensão, uma vez que aqueles eventos haviam ampliado as rivalidades existentes entre União Soviética e EUA. A Revolução Cubana, por sua proximidade geográfica ao Brasil e aos EUA, “mexeu com a imaginação” também dos brasileiros, tanto daqueles que com ela simpatizavam quanto daqueles que a temiam, conforme afirma Jeffrey Frieden⁴⁸:

⁴³ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 229.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 231.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 234.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 236.

⁴⁷ FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 22.

⁴⁸ FRIEDEN, Jeffrey. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p. 357.

A experiência socialista que mais mexeu com a imaginação do mundo em desenvolvimento, contudo, se passou no lugar mais improvável. Com a Revolução Cubana, o socialismo conseguiu um pequeno espaço de influência na casa de força do capitalismo mundial, no playground da classe alta norte-americana, longe do centro do poder comunista da Eurásia.

É importante lembrar também que a construção do muro de Berlim havia iniciado no dia 13 de agosto daquele mesmo ano, poucos dias antes da renúncia de Jânio. “O Muro de Berlim (1961) fechou a última fronteira indefinida entre Oriente e Ocidente na Europa” afirma Hobsbawm⁴⁹. Assim, o momento era de dualismo, não existia uma margem muito grande para posturas indefinidas ou com tendências a se aproximar tanto do lado Ocidental como do Oriental.

Nesse contexto, as posturas de Jânio causaram pânico nos setores mais conservadores e nos grupos empresariais que desejavam um alinhamento exclusivo ao Ocidente e a negação dos regimes comunistas. Skidmore conclui que “Jânio não podia querer acalmar a esquerda nacionalista em matéria de política externa sem irritar importantes elementos conservadores e de centro”⁵⁰

Segundo Felipe Loureiro, em artigo que analisa a situação política no governo Jânio Quadros, o Presidente não contava com base suficiente para governar e, mesmo assim, agravou a situação demonstrando desinteresse por negociar com o Congresso Nacional. Ao iniciar sindicâncias para apurar irregularidades envolvendo políticos, despertou a antipatia do Congresso Nacional que alegava ter competência para fazê-lo. Houve, segundo Loureiro, um esforço de Jânio para deslegitimar o Congresso perante a população. No final do governo, a partir de junho, perde o apoio de alas da UDN por conta de sua política exterior favorável à aproximação de Estados socialistas. Além disso, Jânio começou a defender a importância de algumas reformas, como a agrária. Nesse contexto de perda de apoio e afastamento entre Executivo e Legislativo, Quadros renunciou. Loureiro afirma que, devido a sua baixa popularidade no Congresso Nacional, sua renúncia foi recebida imediatamente: “Não é de surpreender, portanto, que tal ato tenha sido prontamente aceito pelos legisladores, que investiram o sucessor legal de Quadros — Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara e terceiro na linha sucessória — rapidamente ao poder.”⁵¹ Assim, não houve qualquer movimentação

⁴⁹ HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 240.

⁵⁰ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 241.

⁵¹ LOUREIRO, Felipe Pereira. **Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009, p. 204.

parlamentar no sentido de não aceitar a renúncia uma vez que o ex-presidente já não tinha base sequer no partido que o elegera.

Desse modo, conforme convocação anterior, às 16h45min, reuniu-se o Congresso Nacional para conhecer o conteúdo da carta de renúncia do Presidente Jânio. Após lê-la, Auro de Moura Andrade, presidente da sessão, declarou: “Conforme sabem os Srs. Congressistas, a renúncia é ato de vontade do qual deve tomar conhecimento o Congresso Nacional. Nos termos da Constituição Federal, art. 79, §1º, caberá ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados assumir a Presidência da República.”⁵² Frustrava-se, assim, qualquer esperança de que o Congresso Nacional recusasse a renúncia de Jânio. Segundo Skidmore, o Congresso ratificou a renúncia imediatamente. “Estavam preparados para tratar o problema da sucessão de Jânio como outra questão”⁵³. Ainda segundo o autor, João Goulart “era, de fato, um homem com quem os políticos do PSD - o grupo mais poderoso de Brasília, isoladamente - sempre puderam negociar (...) Jango estava mais integrado no sistema político do Brasil do que Jânio jamais estivera”⁵⁴. Assim, os congressistas, sobretudo a cúpula do PSD, não hesitaram em se livrar de Jânio, com quem não conseguiam negociar e de quem haviam recebido inúmeros ataques nos meses anteriores. João Goulart, ao contrário, era mais integrado e acessível no meio político do Brasil.

A carta de renúncia do Presidente não expressou um motivo claro e relevante para o ato. Ele mencionou “forças terríveis” que contra ele se levantavam, mas não explicou que forças eram aquelas. Frente a essas motivações, diversos senadores reprovaram seu ato de renúncia. O próprio Presidente do Senado, Moura Andrade, naquela sessão do Congresso declarou: “Claro, teríamos todos desejado que esta renúncia não se tivesse dado com os fundamentos que li para os senhores.”⁵⁵ Afirmou também que:

Desejo, antes de encerrar estas palavras, dizer a V. Exas., com a mais absoluta sinceridade de alma, das minhas - e que sei serem também de todos os Srs. Congressistas e da Nação - preocupações quanto ao grave instante que estamos vivendo. Mas desejo, e sei que o faço interpretando o sentimento do Congresso Nacional e interpretando a suprema aspiração do povo brasileiro, declarar que nós temos a mais absoluta e irrestrita confiança nas Forças Armadas do Brasil.⁵⁶

⁵² DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 26.ago.1961, pp. 162-163).

⁵³ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 245.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 26.ago.1961, p. 163)

⁵⁶ Ibidem.

Assim, o Presidente do Senado considerou que a renúncia de Jânio criou um momento muito delicado na política nacional. Frente a esse “grave instante” que viviam, Moura Andrade expressa preocupações. Seu discurso permite identificar certa ambiguidade que revela medo de uma ruptura no regime democrático: ao mesmo tempo em que expressa “absoluta e irrestrita confiança nas Forças Armadas do Brasil”, o Presidente do Senado está preocupado e apreensivo. Ora, se aquela confiança fosse mesmo absoluta e se não houvesse razões para temer uma intervenção militar, não haveria preocupações. A postura daquele e de tantos outros parlamentares é compreensível quando considerado o histórico de intervenções militares na política brasileira. Há pouco mais de 5 anos daquele momento, o General Lott, ministro da Guerra de Café Filho, havia dado um golpe “preventivo” para garantir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos em outubro de 1955. Naquele contexto, setores da UDN contestavam a legitimidade daquela eleição e acusavam os eleitos de serem ligados a movimentos comunistas. O jornalista Carlos Lacerda, antigetulista ligado a UDN e a elementos das Forças Armadas, defendia uma intervenção militar para impedir a posse do presidente e do vice eleitos. Contra essa possibilidade de golpe, o general Lott depôs Carlos Luz, o presidente em exercício, uma vez que Café Filho fora afastado por problemas de saúde. A Câmara dos Deputados conduziu, então, o Presidente do Senado, Nereu Ramos, à Presidência da República. Foi instituído estado de sítio até a posse de Juscelino e Goulart, em janeiro de 1956.⁵⁷

Décadas antes, em 1930, militares dissidentes do governo Washington Luiz, liderados por Tasso Fragoso e Mena Barreto, exigiram a renúncia do Presidente Washington Luís e, após dez dias, entregaram o poder a Getúlio Vargas, líder dos rebeldes que contestavam Júlio Prestes, o candidato eleito, em março de 1930, à Presidência da República.⁵⁸ Segundo Thomas Skidmore⁵⁹:

Como em 1889, quando a República substituiu o Império, a cúpula militar assumiu o controle num momento crítico, transferindo-o em seguida para um novo grupo de líderes políticos. Em 1930, os comandantes do Exército e da Marinha se viram numa posição que se tornaria cada vez mais familiar na história subsequente do Brasil: o papel de árbitro da política nacional.

⁵⁷ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 193.

⁵⁸ *Ibidem*, pp. 38-39.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 39.

Segundo José Murilo de Carvalho⁶⁰, houve três principais justificativas para o intervencionismo das Forças Armadas ao longo dos séculos XIX e XX. A primeira ideologia de intervenção foi a do soldado-cidadão surgida ainda no Brasil Imperial e “difundida por jornalistas republicanos, com a expressa finalidade de incitar os militares a intervir na política e de criar embaraços ao governo imperial.”⁶¹ Segundo o autor⁶², essa doutrina visava ao reformismo social e político e revelava um certo ressentimento dos oficiais em relação ao alto comando político já que se sentiam marginalizados no âmbito político. Apesar de apresentar tendências sociais renovadoras, a doutrina do soldado-cidadão enfraquecia a corporação uma vez que, no limite, o soldado seria cidadão e não mais apenas um militar. Desse modo, as Forças Armadas perderiam sua razão de ser. Nesse contexto, surge a ideologia do soldado profissional em que os militares preocupariam-se exclusivamente com sua profissionalização e defesa do país, distanciando-se das questões políticas.⁶³ Por fim, a partir dos anos 30, segundo Carvalho⁶⁴, prevalece a ideologia do soldado-corporação ou a intervenção moderadora que propõe a interferência dos quadros superiores, e não mais dos tenentes, nas questões políticas. Ao mesmo tempo, a intervenção não era mais reformista, mas alinhada à elite econômica e de viés conservador. “Desaparecera a ideia de intervenção contestatória e surgira a de intervenção controladora.”⁶⁵ Segundo Murilo de Carvalho, “A Escola Superior de Guerra e órgãos como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes) serviram de instrumentos ideológicos e práticos na aproximação da elite militar com as elites econômicas.”⁶⁶ É essa a ideologia intervencionista mais presente na cultura política dos anos 60. Desse modo, o que se temia naqueles dias de agosto de 1961 era que a cúpula militar, alinhada a importantes setores econômicos e conservadores, interferisse na linha sucessória ao cargo de Presidente da República.

Por tudo isso, não é estranho que diversos senadores tenham ficado preocupados com a situação política criada pela renúncia de Jânio Quadros. Fazia parte da cultura política daquele momento o medo de rupturas constitucionais promovidas pelas Forças Armadas. Estava contido no imaginário e nas representações de cada político a consciência de que,

⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 38.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem, pp. 39-40.

⁶³ Ibidem, pp. 40-41.

⁶⁴ Ibidem, pp. 41-43.

⁶⁵ Ibidem, p. 43.

⁶⁶ Ibidem, p. 117.

desde o Brasil Imperial, as Forças Armadas tinham a tradição de interferir na política. O senador Jefferson Aguiar (PSD-ES) criticou Jânio por ter colocado o país naquela situação delicada e referiu-se ao ex-presidente nos seguintes termos: “sem a preocupação que ele teve de fazer eclodir seríssima crise no Brasil, quando mais necessário se fazia a tranquilidade e a paz para o nosso desenvolvimento.”⁶⁷

Temia-se, naquela conjuntura, que as Forças Armadas apresentassem restrições ao nome de João Goulart para o cargo de Presidente da República. João Belchior Marques Goulart nasceu em 1º de março de 1919 na cidade natal do presidente Getúlio Vargas, São Borja, no Rio Grande do Sul. Seu pai, Vicente Goulart, era proprietário de fazendas e criador de gado além de exercer atividades comerciais e industriais. Vicente tinha sociedade com Protásio Vargas, irmão de Getúlio.⁶⁸ Segundo João Pinheiro Neto⁶⁹, em 1934, ainda na adolescência, João Goulart conheceu o Presidente Getúlio Vargas que, em viagem a sua terra natal, havia sido convidado por Vicente Goulart para um almoço de homenagem. Jango, como era o apelido de João Goulart no sul, havia proferido algumas palavras em homenagem ao governo Vargas. “Quem é este guri?” perguntou Vargas a Vicente Goulart. O fazendeiro respondeu que era seu filho e chamou Jango para cumprimentar o Presidente. “Tomado pela timidez, Goulart, olhando para o chão, limitou-se a estender a mão para o presidente, sem nada dizer”⁷⁰ Vargas o elogiou e lhe disse que poderia ser político, pois falava muito bem. O gaúcho tímido, de 15, talvez 16 anos, respondeu com um sorriso discreto. Durante a juventude, Jango foi amigo de Manuel Antônio Vargas, filho de Getúlio.⁷¹ Formou-se em Direito, em 1939, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre. Quando Getúlio retirou-se da política nacional, de 1945 a 1950, após ser deposto, Goulart aproximou-se do ex-presidente e passou a ser seu amigo e seguidor político. Segundo Ferreira⁷², nas longas conversas com Getúlio, Jango expressava ideias “como a distribuição de terras a camponeses despossuídos e políticas públicas para diminuir as desigualdades sociais”. Filiou-se ao PTB e foi eleito deputado estadual. Em 1950 foi eleito deputado federal. Foi Ministro do Trabalho de Vargas de 1953 a 1954. Por fim, foi eleito Vice-Presidente por duas

⁶⁷ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 28.ago.1961, Seção II, p. 1840).

⁶⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁶⁹ PINHEIRO NETO, João apud FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 39.

⁷⁰ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 39

⁷¹ Ibidem, p. 40.

⁷² Ibidem, p. 52.

vezes, em 1955 e em 1960. Era visto com desconfiança nos círculos conservadores devido a suas posturas em favor do reformismo social.⁷³ Casou-se com Maria Thereza Fontella, também de São Borja, descendente de italianos e sobrinha de América Vargas, casada com o irmão de Getúlio.⁷⁴ A irmã de João Goulart, Neusa Goulart, casou-se com Leonel Brizola do PTB gaúcho e governador do Rio Grande do Sul em 1961. João Goulart, protagonista do episódio que sucede a renúncia de Jânio Quadros, seria empossado Presidente em 7 de setembro de 1961. Em 1964, seria deposto do cargo pelos militares tendo passado o resto de sua vida no exílio primeiro no Uruguai e depois na Argentina. Faleceu em dezembro de 1976. Jorge Ferreira, em trabalho biográfico sobre o ex-presidente, argumenta que construiu-se uma imagem negativa de João Goulart ao longo do tempo. Jango foi acusado de ambíguo, hesitante e frágil por uma esquerda que jamais o perdoou por sua moderação frente aos acontecimentos de 1964. O regime militar e a direita, por outro lado, também procuraram desqualificar, desconstruir e silenciar sua trajetória política como forma de legitimar o novo regime. Para o autor, o perfil dócil e pacífico de Jango e sua inclinação à negociação não encontraram mais eco na conjuntura de radicalismo da esquerda e da direita nos anos que sucederam 1961.

Desse modo, João Goulart era um getulista, inclinado a promover reformas sociais e defensor dos direitos trabalhistas. Ademais, “tecia alianças com os grupos nacionalistas, de esquerda e o próprio PCB”⁷⁵ - Partido Comunista Brasileiro. Tudo isso atiçava a fúria de alas conservadoras da UDN, do empresariado, da Igreja e da cúpula das Forças Armadas. Segundo Armando Falcão⁷⁶, nos dias que sucederam a renúncia de Jânio, o general Odílio Denys, Ministro da Guerra, teria dito ao deputado Rui Ramos do PTB gaúcho: “Diga ao Brizola que em hipótese alguma o Jango toma posse!”

Dois dias após a renúncia do Presidente, o Senador Fausto Cabral, do PTB do Ceará, discursava em favor do respeito à Constituição⁷⁷:

...tudo deve ser examinado e decidido segundo a mecânica constitucional. Todos nós, do mais categorizado ao mais modesto dos brasileiros, sejamos civis ou militares, devemos obediência à Constituição, pois só os povos bárbaros ainda se deixam dirigir pelo arbítrio de um chefe, por mais valoroso que este seja (...) para a crise nacional, que juridicamente não existe, não vejo outro caminho senão o puro e

⁷³ FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁷⁴ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 41

⁷⁵ Ibidem, p. 686.

⁷⁶ FALCÃO, Armando apud HAMILTON, Duda e MARKUN, Paulo. **1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil**. São Paulo: Benvirá, 2011, p. 140.

⁷⁷ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 28.ago.1961, Seção II, p. 1832).

simples respeito à Carta Magna. Respeitando a Constituição, estaremos respeitando a nós próprios. Estaremos respeitando o Brasil. Quem quiser desrespeitá-la que o faça, mas sem a nossa cumplicidade, sem o nosso medo, sem a nossa covardia.

O senador Fausto Cabral, da mesma agremiação de João Goulart, defende a Constituição e fala que os parlamentares não devem ter medo. No entanto, as declarações de muitos senadores revelam medo e apreensão. Nenhum senador fala abertamente na possibilidade de um veto militar à posse de Jango. Ao contrário, afirmam que têm confiança na conduta das Forças Armadas. Lino Mattos, do PTN de São Paulo, assim se pronuncia: “E assim procedo rendendo minhas homenagens às Forças Armadas da minha Nação, porque não acredito que elas sejam capazes de rasgar a Constituição de nossa Pátria, impedindo a posse do Vice-Presidente da República, o Senhor João Goulart, eleito duas vezes para o mesmo cargo!”⁷⁸ Na mesma sessão, Auro de Moura Andrade⁷⁹ afirmou:

Não tenho dúvida de que estamos apenas vivendo instantes profundamente preocupantes e que chegaremos finalmente à declaração de uma verdade maior: a verdade de que o Brasil amadureceu para a vida democrática, a verdade de que a vida republicana pertence hoje à consciência de cada um, a verdade de que sabemos apreciar bem o que representam os direitos fundamentais dessa Carta Magna que nos cumpre defender, executar e manter íntegra.

Ainda naquela semana, no entanto, ficaria claro que a Carta Magna não fora mantida íntegra. Mais alguns anos, em 1964, tampouco se constataria a “verdade maior de que o Brasil amadureceu para a vida democrática”. Este mesmo Auro de Moura Andrade declararia vago o cargo de Presidente da República na madrugada de 2 de abril de 1964, em sessão do Congresso Nacional, ratificando o golpe militar: “Nem mesmo diante dos protestos veementes de Tancredo Neves, que informava estar Jango em território nacional (...), o senador titubeou: cortou o som, apagou as luzes do Congresso e consumou o golpe.”⁸⁰

A insistência em afirmar a confiança nas Forças Armadas revela o medo que os senadores tinham de uma intervenção. O senador Victorino Freire, do PSD do Maranhão, chegou a apelar aos congressistas para que não provoquem as Forças Armadas. E de fato, não há registros de ataques diretos aos militares nos discursos dos senadores até aquele momento. Victorino Freire discursou⁸¹:

⁷⁸ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 28.ago.1961, Seção II, p. 1833).

⁷⁹ Ibidem, p. 1834.

⁸⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 447.

⁸¹ Ibidem, p. 1843.

Aqui o que existe é apenas a serenidade que precisamos manter, sem nos intimidarmos, mas sem provocarmos. É mister que nos ajudemos mutuamente, a fim de se conseguir que a Nação vença a crise deflagrada com a renúncia, num golpe de surpresa, do Sr. Jânio Quadros. Temos de nos unir para conseguir que a Nação supere a situação sem que seja, de forma alguma, ferida a Lei Magna. Estou certo de que teremos a compreensão das autoridades militares, pois constituímos um Poder desarmado. Assim, devemos evitar, em nossos debates, qualquer provocação que venha a agravar a crise que atravessa o País e não sabemos como terminará. Cumpre-nos também não pré-julgar. Diante dessa onda de boatos, não devemos por lenha na fogueira, pois se assim agirmos, iremos passar momentos cruciais. Em todas as crises há as agitações, as restrições. É público e notório que setores na Marinha, na Aeronáutica e no Exército fazem restrições ao Vice-presidente da República como ao presidente que renunciou. Cumpre-nos, pois, como homens públicos e com a responsabilidade dos nossos mandatos tudo fazer com serenidade para ajudar a Nação a vencer a crise que atravessa.

Victorino Freire afirma que são de amplo conhecimento as restrições de setores das Forças Armadas ao Vice-Presidente. No dia anterior ao seu discurso, no sábado, 26 de agosto, o Senador Silvestre Péricles fez um discurso abertamente anticomunista. Silvestre Péricles de Góis Monteiro nasceu no estado de Alagoas em 1896. Foi deputado federal pelo PSD de 1946 a 1947 e governador de Alagoas pela mesma sigla de 1947 a 1951. Em 1958, foi eleito senador por Alagoas no PST (Partido Social Trabalhista) tendo, posteriormente, voltado ao PSD. Em 1963, o senador passaria a integrar a bancada do PTB. No mesmo ano se desentenderia com seu conterrâneo, o senador Arnon de Melo da UDN de Alagoas. Este tentou matá-lo, mas o tiro acertou o senador Kairala José Kairala do PSD do Acre que acabou falecendo. Silvestre Péricles faleceu em 1972 filiado ao MDB - Movimento Democrático Brasileiro, partido que seria a oposição durante o Regime Militar.⁸²

Silvestre Péricles havia se irritado naquele sábado, 27 de agosto, quando alguns senadores levantaram a possibilidade de questionar quais eram as intenções das Forças Armadas em relação à posse de João Goulart. “Sabemos perfeitamente, e é da história, que as Forças Armadas deste País, felizmente - felizmente! - têm sido dignas. Têm feito movimentos no Brasil e, depois de vencedoras, entregue ao mando civil o Poder. Basta dizer isto! (...) Senhor Presidente, não aceito a interpelação ao Ministro da Guerra...”⁸³ O senador continua⁸⁴:

Não é possível que o Senado não compreenda que a crise adveio da política exterior do Brasil e ainda, em parte, da política interna. Não gosto de atacar o vencido. O Sr. Jânio Quadros é um vencido e não o atacarei. Não há como negar, porém, que S. Ex^a usou de deslealdade na política exterior do Brasil. Nosso País sempre trilhou uma

⁸² ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 18/09/2016.

⁸³ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 27.ago.1961, Seção II, p. 1826)

⁸⁴ Ibidem.

linha reta e não podia ser bifronte, acender uma vela a Deus e outra ao Diabo. Sr. Presidente, a nossa tradição é Ocidental.

Silvestre Péricles partilhava do imaginário anticomunista de que trata Rodrigo Patto Sá Motta⁸⁵. Em seu discurso, o senador revela 3 representações que compõem esse imaginário. A primeira delas identifica o comunismo ao demônio. Assim, na representação do senador, quando o Ministério das Relações Exteriores, dirigido pelo senador Afonso Arinos (UDN), propôs uma aproximação em direção ao Bloco Socialista, na verdade, estava se aproximando do Diabo, do inferno, daquilo que é contra Deus e contra o bem. O senador continua: “...sabemos também que se seguíssemos a trilha que o Sr. Jânio Quadros estava palmilhando, iríamos direto para o Comunismo. E eu não tenho vocação para escravo - como acredito que o Senado não a tenha também. Não podemos aceitar a tutela da Rússia ou de outra nação do mundo, em hipótese nenhuma!”⁸⁶ Nesse trecho, manifesta-se a representação que liga o comunismo a uma ameaça estrangeira. Nesse caso, a URSS dominaria o Brasil e submeteria o país a condição de escravo sob regime comunista. Por último, o senador associa o comunismo a uma anomalia, a uma patologia. No discurso transcrito, a anomalia seria a degradação da sociedade brasileira. O inimigo degradante estava solto, prestes a atacar. Todos suspeitos de contribuir para degradação deveriam ser observados e contidos:

...o Senado (...) tem que cerrar fileira em torno das Classes Armadas, porque são elas exatamente que estão salvando o Brasil da degradação. O Comunismo está aí. Não o enxerga quem não quer: ele aí está, aberta e claramente. Um dia amanheceremos com mil comunas dominando este País, o que será uma calamidade. Portanto, Sr. Presidente, todo aquele que tiver na sua vida a suspeita de comunista, ou cripto-comunista, deve ser olhado com cuidado.⁸⁷

É importante ressaltar que o senador Silvestre Péricles faria parte, em 1963, da bancada do PTB. Desse modo, verifica-se que o anticomunismo não era algo restrito a determinadas agremiações. Ao contrário, era fluído, penetrando todo quadro partidário.

A cúpula das Forças Armadas, em 1961, era composta por três ministros militares: o Marechal Odílio Denis, Ministro da Guerra; o Almirante Sílvio Heck, Ministro da Marinha; e o Brigadeiro Gabriel Grün Moss, Ministro da Aeronáutica. Os três militares nasceram no Rio

⁸⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 47.

⁸⁶ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 27.ago.1961, Seção II, p. 1826)

⁸⁷ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 27.ago.1961, Seção II, p. 1826)

de Janeiro entre final do século XIX e início do XX e eram contrários à posse de João Goulart, pois a consideravam uma ameaça à segurança nacional.⁸⁸

Em 28 de agosto, o Presidente da República interino, Ranieri Mazzilli, encaminhou ofício ao Congresso Nacional em que comunicava o posicionamento das Forças Armadas em relação à posse de João Goulart. Para conhecer aquele ofício, o Presidente do Senado, Moura Andrade, convocou as duas Casas, Câmara e Senado, para sessão conjunta. Às 20h15min, foi aberta a sessão do Congresso Nacional e lida a Mensagem nº 471 de 1961 do Senhor Presidente da república Ranieri Mazzilli⁸⁹:

Brasília, 28 de agosto de 1961
 Senhor Presidente do Senado Federal
 Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência os termos da proclamação que acabo de dirigir ao Povo Brasileiro.
 Atenciosas saudações - Ranieri Mazzilli
 AO POVO BRASILEIRO
 Acabo de assinar Mensagem comunicando ao Congresso Nacional que, no exame da atual situação política criada pela renúncia do Presidente Jânio da Silva Quadros, os Ministros Militares, na qualidade de Chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart.
 Desejo informar à Nação que, se as duas Casas do Congresso houverem por bem reconhecer os motivos invocados na Mensagem, me considero incompatibilizado para candidatar-me em substituição do Senhor Jânio Quadros, ao exercício efetivo da Presidência da República.
 Estou certo de que a Nação há de reconhecer que a atual conjuntura exigirá de mim o mais nobre e alto desinteresse pelas investiduras pessoais ao lado do sagrado dever de defender as instituições democráticas.
 Neste instante renovo a minha fé nas vigorosas virtudes cívicas de nosso povo, que, coerente com sua gloriosa história, saberá mais uma vez, manter suas tradições de devotamento à ordem e ao regime.

Desse modo, confirmaram-se os temores de uma intervenção militar no processo de sucessão do ex-presidente Jânio Quadros. Mais precisamente, oficializou-se o que já era de conhecimento dos parlamentares e da sociedade brasileira.

Diante da Mensagem nº 471 de 1961, o Congresso Nacional decidiu criar comissão mista de deputados e senadores para analisar o conteúdo da Mensagem Presidencial e tomar providências em relação a ela. Deputados e Senadores demonstravam insatisfação com a Mensagem e desejavam um posicionamento do Congresso Nacional frente àquela ameaça à Constituição Federal. A formação de uma Comissão Mista seria uma forma de demonstrar

⁸⁸ CALICCHIO, Vera. Ranieri Mazzilli. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁸⁹ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 29.ago.1961, p. 167).

que o Congresso não restaria inerte. Moura Andrade, presidindo a sessão do Congresso daquela noite declarou⁹⁰:

...Estou convencido de que se depois da leitura da mensagem, o Congresso apenas responder “ciente”, estaria apenas ciente do banimento do Vice-Presidente da República. Estaria então de acordo, já teria encerrado o processo. (...) O Congresso poderá, entretanto, no exercício soberano das suas prerrogativas e, mais do que isto, dos seus deveres perante a Constituição, analisar e decidir ante o fato político desta comunicação. (...) Esse documento, no entender da Presidência, precisa ser estudado profundamente, estudado por uma Comissão que o relate e proponha ao plenário as medidas sobre as quais ele deve decidir. (...) a Comissão deverá, no exercício de suas prerrogativas, inclusive requerer, se for o caso, ao plenário ou tomar providências próprias no sentido de explicar esta mensagem que veio desacompanhada de exposição de motivos.

Identifica-se uma certa irritação do Presidente do Senado e de outros parlamentares pelo fato de a Mensagem ter vindo sem as justificativas que motivaram o veto militar. Desde de o dia 25 os parlamentares vinham alimentando, em seus discursos, a esperança de que as Forças Armadas não colocariam em risco a ordem constitucional. Naquele momento, entretanto, oficialmente, aquelas esperanças terminaram. Desse modo, a Presidência do Congresso declarou que não se resignaria em tomar ciência do “banimento do Vice-Presidente da República”. Para isso, colocou em votação a proposta de criação de uma comissão para analisar a Mensagem. A proposta foi aprovada e a sessão suspensa para que as lideranças dos partidos indicassem o nome dos deputados e dos senadores que fariam parte da comissão. Pouco antes da meia-noite, ainda no dia 28 de agosto, a sessão foi reaberta e o Presidente anunciou a composição da comissão. Eram oito senadores e oito deputados. Pela Câmara dos Deputados foram indicados, entre outros, Ulisses Guimarães (PSD/SP), Oliveira Brito (PSD/BA) e Plínio Salgado (PRP⁹¹/PR). Pelo Senado foram indicados, entre outros: Jefferson de Aguiar (PSD/ES), Paulo Fernandes (PSD/RJ), Argemiro de Figueiredo (PTB/PB) e Novais Filho (PSD/PE).⁹² A comissão reuniu-se imediatamente, na madrugada do dia 29, e elegeu o senador Jefferson de Aguiar, do PSD do Espírito Santo, como Presidente da Comissão. A relatoria, por sua vez, ficou a cargo do também pessedista Oliveira Brito, da Bahia. A Comissão solicitou 48h para pronunciar-se sobre a matéria e marcou a próxima reunião para as 10h da manhã daquele mesmo dia.⁹³

⁹⁰ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 29.ago.1961, p. 170).

⁹¹ PRP - Partido de Representação Popular

⁹² DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 29.ago.1961, p. 171).

⁹³ Ibidem, p. 175.

Vencida a questão da comissão mista, alguns deputados pronunciaram-se, entre eles Ivete Vargas (PTB/SP), que trouxe um pronunciamento do ex-Presidente da República e senador, Juscelino Kubitschek de Oliveira (PSD/GO), que não estava presente na sessão. Juscelino alerta⁹⁴: “Não haverá maior prova de imaturidade política, incapacidade de nos constituirmos em Nação respeitada do que oferecermos ao mundo o espetáculo de uma desagregação em nossa democracia.” À 1h10min do dia 29 de agosto, encerrou-se a sessão do Congresso Nacional.

⁹⁴ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 29.ago.1961, p. 174).

CAPÍTULO II - “O regime não falhou. Falharam os homens”

Pouco depois das 23 horas do dia 26 de agosto de 1961, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, atravessava o pátio do Palácio do Piratini, sede do governo gaúcho⁹⁵. Porto Alegre é a capital do estado mais ao sul do território brasileiro. Desse modo, o inverno na capital gaúcha, é, em geral, mais rigoroso em relação ao resto do território brasileiro. Naquela noite fazia um frio acentuado pela alta umidade, típica do mês de agosto naquela região.⁹⁶ O governador atravessou a área externa que levava à parte residencial do Palácio do Piratini. Seu objetivo era convencer Neusa Goulart Brizola, sua esposa e irmã do Vice-Presidente, João Goulart, a deixar o Palácio do Piratini. Brizola havia iniciado, no dia anterior, um movimento de apoio ao cumprimento da Constituição Federal e à posse de seu cunhado, João Goulart. O governador sabia que estava contrariando os Ministros das Forças Armadas que vetariam, oficialmente, a posse de Goulart na segunda-feira, 28 de agosto. Temia, com boas razões, pela segurança de sua esposa e de seus filhos, uma vez que havia rumores de que o Exército retaliasse a postura legalista do governador gaúcho. No domingo, 27 de agosto, confirmariam-se as ameaças de bombardeio ao Palácio do governo gaúcho.⁹⁷ Brizola, no entanto, não conseguiu convencer sua esposa a deixar o Palácio. Neusa decidiu permanecer como forma de apoio à posse de seu irmão na Presidência da República. Embora tenha decidido ficar, mandou os três filhos, Neusinha, João Vicente e João Otávio, para a casa de uma amiga.⁹⁸

Leonel de Moura Brizola nasceu em Passo Fundo, no norte do Rio Grande do Sul, em 1922. Seu pai era agricultor e faleceu cedo. Sua mãe casou novamente, mas a família não dispunha de boas condições materiais, o que levou Brizola a ter que trabalhar desde cedo. Partiu do interior para Porto Alegre em 1936, formando-se em uma escola técnica agrícola. Mais tarde, já funcionário do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura de Porto Alegre, iniciou a faculdade de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul onde

⁹⁵ HAMILTON, Duda e MARKUN, Paulo. **1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil**. São Paulo: Benvirá, 2011. p. 170.

⁹⁶ Informações disponíveis no Banco de dados meteorológicos para ensino e pesquisa do INMET - Instituto Nacional de Meteorologia atestam que, no dia 26/08/1961, a temperatura mínima, em Porto Alegre, foi de 9,7 °C.. Além disso, a umidade relativa média foi de 79,25%. Esses dados podem ser verificados no portal do instituto: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=bdmep/bdmep> acessado em 03/10/2016.

⁹⁷ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 232.

⁹⁸ HAMILTON, Duda e MARKUN, Paulo, op. cit., p. 170.

formou-se em 1949. Brizola era simpatizante de Vargas e filiou-se ao PTB em agosto de 1945. Foi eleito deputado federal por aquela sigla em 1955. Em 1958, elegeu-se governador do Rio Grande do Sul. Elegeu-se ainda deputado pela Guanabara e teve seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº 01 de 1964, após a instauração do regime militar. Permaneceu por anos em exílio no Uruguai e retornou à política brasileira no período de abertura política, nos anos 80. Foi governador do Rio de Janeiro de 1983 a 1987. Por fim, foi candidato a Presidência da República por duas vezes, em 1989 e em 1994 e candidato a Vice-Presidente em 1998. Faleceu no Rio de Janeiro em 2004.⁹⁹

Assim, quando soube da renúncia de Jânio Quadros, Brizola achou que o Presidente havia sido deposto pelos militares e cogitou chamar-lhe a resistir no Rio Grande do Sul. Quando soube que não era o caso e que a cúpula militar intencionava impedir a posse de Goulart, na sexta-feira, 25 de agosto, Brizola ligou para José Machado Lopes, comandante do III Exército, a divisão militar do sul do Brasil. Lopes afirmou que estava ao lado do Exército e nada poderia fazer pela posse de Goulart. No entanto, do Rio de Janeiro, o marechal reformado Henrique Teixeira Lott, lançou um manifesto à nação brasileira conclamando o povo a defender a Constituição e a democracia. O marechal, em contato com Brizola, indicou-lhe nomes de alguns militares no Rio Grande do Sul que seriam favoráveis à causa legalista. Lott foi preso por ordens do ministro da guerra, Odílio Denys. Brizola, no entanto, estava disposto a resistir aos militares.¹⁰⁰

No dia 27 de agosto, domingo, Brizola determinou ao secretário de Justiça do Rio Grande do Sul, João Caruso, que encontrasse uma saída jurídica satisfatória para requisitar a Rádio Guaíba¹⁰¹. Desse modo, um grupo de Choque da guarda Civil dirigiu-se aos estúdios da Rádio Guaíba, colocando-a à disposição da Secretaria de Segurança. Foi a forma que Brizola encontrou de continuar comunicando-se com a população uma vez que o governo federal estava fechando todas emissoras que divulgassem manifestos legalistas. Desse modo, o governador determinou a transferência dos estúdios para o Palácio do Piratini e ainda que 200 homens da Brigada Militar vigiassem os transmissores da rádio.¹⁰² Assim nasceu a Cadeia Radiofônica da Legalidade com o objetivo de disseminar a luta pela Constituição no território

⁹⁹ COSTA, Marcelo et al. Leonel Brizola. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹⁰⁰ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 230.

¹⁰¹ HAMILTON, Duda e MARKUN, Paulo. **1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil**. São Paulo: Benvirá, 2011. p. 176.

¹⁰² FERREIRA, Jorge, op. cit, p. 234.

nacional e no exterior. Sobre as transmissões radiofônicas da Cadeia da Legalidade Jorge Ferreira afirma¹⁰³:

A Cadeia da Legalidade foi de fundamental importância para o movimento. Ao difundir mensagens de diversas entidades políticas e grupos sociais na defesa da ordem democrática, a sociedade brasileira encontrou canais de informação que rompiam o cerco à censura. Transmitindo também em inglês, espanhol e alemão para o exterior, angariou a simpatia da opinião pública internacional. Nos microfones, Leonel Brizola desacatava os ministros militares, desmoralizando-os publicamente.

As transmissões radiofônicas legalistas irritaram os chefes militares. No dia 27 de agosto, “o bombardeio ao Palácio do Piratini era uma ameaça real.”¹⁰⁴ A primeira-dama gaúcha, dona Neusa, apelou ao arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer para que interviesse pela segurança do povo gaúcho, à beira de uma guerra civil. Vicente Scherer havia sido nomeado arcebispo pelo Papa Pio XII em 1947. Compareceu ao Palácio do Piratini e declarou à Neusa Goulart que, em caso de ataque ao Piratini, tomaria lugar à frente do Palácio. A partir de então, o arcebispo atuou como mediador para evitar uma ação militar na capital gaúcha.¹⁰⁵ Dom Vicente Scherer procurou Machado Lopes, comandante do III Exército, preocupado com a ameaça de um ataque ao Palácio do governo gaúcho. Mais tarde, Machado Lopes enviou uma mensagem cifrada à cúpula militar em Brasília: “Fui procurado arcebispo Vicente Scherer pedindo transmitir apelo V. Ex^a solucionar crise dentro lei empossando João Goulart vg a fim de evitar guerra fraticida pt Situação grave pt.”¹⁰⁶

A adesão ao movimento legalista não se limitou a setores da Igreja: grande parte da sociedade gaúcha contribuiu com o movimento. Instalou-se, na capital gaúcha, o Comitê Central do Movimento de Resistência Democrática que unificou diversos outros comitês. Estima-se que até o dia 30 de agosto, 45 mil voluntários tenham se prontificado a auxiliar na defesa da posse de Jango. Os proprietários do Hotel Aliado, em Porto Alegre, ofereceram transformar as instalações do hotel em um hospital em caso de conflito armado. Enfermeiras e profissionais da saúde se apresentaram como voluntários. Além disso, centenas de pessoas lotaram os bancos de sangue dos hospitais para o caso de emergências.¹⁰⁷

¹⁰³ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 235.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 232.

¹⁰⁵ ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 03/10/2016.

¹⁰⁶ LOPES, José Machado apud HAMILTON, Duda e MARKUN, Paulo. **1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil**. São Paulo: Benvirá, 2011, p. 170.

¹⁰⁷ FERREIRA, Jorge, op. cit, p. 236.

Surgiram batalhões de universitários, bancários, artistas, intelectuais, operários, ferroviários e enfermeiros, todos dispostos a lutar pela legalidade. Os voluntários recebiam armas e aulas de tiro. Muitos armamentos distribuídos eram antiquados e em mau estado, ainda assim, formavam-se filas para recebê-los.¹⁰⁸ Cidades do interior gaúcho, como São Leopoldo, Caxias do Sul, Passo Fundo e Pelotas também formaram comitês de apoio à legalidade.¹⁰⁹

Embora a adesão da população gaúcha fosse crescente conforme a rádio da legalidade disseminava a mensagem legalista, o temor de um bombardeio ao Palácio do Piratini só crescia. A madrugada do dia 28 de agosto foi tensa, as pessoas temiam que um ataque militar acontecesse a qualquer momento. Na manhã de segunda-feira, 28 de agosto, a tensão atingiu seu auge, quando o comandante do III Exército, Machado Lopes, chegou ao Palácio do Piratini acompanhado de seus generais. Brizola temia que o comandante houvesse vindo com o intuito de lhe depor, mas estava disposto a resistir, consciente de que não tinha como vencer um ataque do Exército. Brizola discursou ao povo: “Podem atirar. Que decolem os jatos! Que atirem os armamentos que tiverem comprado à custa da fome e do sacrifício do povo! Joguem essas armas contra o povo”¹¹⁰ O discurso de Brizola afrontava o Ministro da Guerra e mobilizava a população. Atingia os Ministros Militares justamente por conta da alta adesão de variados setores da sociedade gaúcha e brasileira.

Ao chegar no Palácio do Piratini, Machado Lopes, em reunião a portas fechadas com Brizola, declarou: “Governador, os generais do III Exército reunidos decidiram, por maioria dos votos, que só aceitam solução para a crise dentro da Constituição, por conseguinte, com a posse do vice-presidente”¹¹¹. Machado Lopes havia rompido com Denys. As Forças Armadas haviam rachado. Um clima de alívio tomou conta do Palácio do governo e da população que estava nas proximidades, afinal, a adesão do III Exército à causa legalista era uma grande vitória. As Forças Armadas não estavam mais coesas o que implicava ramificações significativas nas negociações para solucionar a crise política.

Segundo Jorge Ferreira¹¹², o dia 28 de agosto marca o ponto de inflexão da crise política de 1961. Até então, os ministros militares estavam respaldados pela coesão das

¹⁰⁸ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 236.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 237.

¹¹⁰ Ibidem, p. 235.

¹¹¹ Ibidem, p. 239.

¹¹² Ibidem, p. 244.

Forças Armadas. Além disso, o movimento legalista, cujos símbolos de justiça e respeito à Constituição eram alimentados pela rádio da legalidade, cresceu progressivamente entre 25 e 28 de agosto. Para Ferreira¹¹³,

A mobilização popular no Rio Grande do Sul, a adesão do III Exército à solução legal para a crise e, particularmente, as ondas curtas da Rede da Legalidade, que alcançavam todo o país e o exterior, sensibilizaram o conjunto da sociedade brasileira, alterando a correlação de forças entre o governador gaúcho e os ministros militares. A partir do dia 28 de agosto, o impedimento de Goulart não seria tão fácil.

No Rio de Janeiro, diversas categorias de trabalhadores entraram em greve contra o veto militar. Em São Paulo, o Presidente da Assembleia Legislativa, Abreu Sodré (UDN), juntamente com outros líderes partidários, organizou a Frente da Legalidade Democrática. No entanto, foi do estado de Goiás que veio o apoio mais expressivo à campanha gaúcha. O governador Mauro Borges, do PSD, declarou que resistiria a um eventual golpe à Constituição.¹¹⁴ O fato de o Distrito Federal estar incrustado em território goiano era bastante significativo. A energia elétrica que alimentava Brasília era oriunda da Cachoeira Dourada, sob controle goiano. Assim, o governador poderia, a qualquer momento, interromper o fornecimento de energia à capital federal.¹¹⁵

Em 28 de agosto, às 10h30min, enquanto Machado Lopes declarava apoio à causa legalista em Porto Alegre, o senador Paulo Fender, do PTB do Pará, discursava na tribuna do Senado. Seu argumento central era de que o PTB não defendia qualquer doutrina comunista. “O trabalhismo brasileiro porventura esposa algum princípio marxista fundamental? Não!”¹¹⁶ O senador esforçava-se para desvincular seu partido de qualquer inclinação comunista. O objetivo, muito possivelmente, era acalmar as alas mais conservadoras da sociedade brasileira que pudessem apoiar o veto militar à posse de Goulart por medo da implantação de um regime comunista. O senador continuou: “...os homens do Partido Trabalhista Brasileiro estão vinculados à Democracia brasileira para robustecê-la, para vivificá-la, para honrá-la e não para abatê-la, para degradá-la ou para traí-la”¹¹⁷ Implicitamente, está presente, no imaginário do senador Paulo Fender, a representação anticomunista que associa o comunismo à degradação e à destruição.

¹¹³ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 244.

¹¹⁴ Ibidem, pp. 244-245.

¹¹⁵ HAMILTON, Duda e MARKUN, Paulo. **1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil**. São Paulo: Benvirá, 2011. p. 215.

¹¹⁶ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 29.ago.1961, Seção II, p. 1848).

¹¹⁷ Ibidem, p. 1851.

No dia 29 de agosto, terça-feira, continuou o senador Paulo Fender a desvincular o PTB de tendências comunistas: “Não temos culpa de muitos postulados nossos estarem dentro dos quadros e da estrutura do materialismo-dialético; nada temos com isto.”¹¹⁸ Em seguida, outro petebista, o senador Leopoldo Cunha Mello, do PTB do Amazonas, tomou a palavra. “Esta crise, Sr. Presidente, esta crise, cujas obscuras raízes pressentimos no manifesto do ex-Presidente Jânio Quadros, chega agora ao seu auge, ao seu incrível auge, quando vemos o atual Presidente da República em exercício, Sr. Ranieri Mazzilli, enviar ao Congresso uma mensagem em todos os sentidos estarrecidora”¹¹⁹ Referia-se o senador ao veto militar recebido pelo Congresso no dia anterior. Enquanto Cunha Mello defendia o cumprimento da Constituição e a posse de Goulart, o senador Nogueira da Gama (PTB/MG), pediu-lhe um aparte¹²⁰ no qual parabenizou Cunha Mello, senador e jurista, por este ter redigido um *habeas corpus* preventivo em favor de João Goulart para o caso de ele ser impedido pelas Forças Armadas de desembarcar no Brasil e tomar posse.¹²¹ Quando Cunha Mello retomou seu discurso, faltou energia elétrica no plenário do Senado e a sessão foi suspensa. Ao ser reaberta a sessão, o senador brincou¹²²:

Faltou neste momento, ao Senado, a exemplo de outras vezes, a luz da NOVACAP¹²³, mas estou certo Senhor Presidente, jamais faltará a luz do respeito, da Lei e da Constituição Brasileira à Câmara Alta do País. A luz que faltou é a da NOVACAP. A luz das nossas consciências continua brilhando e iluminando o Senado.

Por fim, Cunha Mello afirma que a posse de João Goulart é a vontade do povo “agora reafirmada e reexpressa pela inquietação social gerada ante a propalada tentativa de sua espoliação”¹²⁴ Certamente refere-se o senador ao movimento legalista capitaneado por Brizola, no Rio Grande do Sul; por Mauro Borges, em Goiás; e por trabalhadores, estudantes, políticos e militares em diversos estados do Brasil.

O próximo senador a subir à tribuna naquela terça-feira, 29 de agosto, foi Aguinaldo Caiado de Castro, nascido no Rio de Janeiro, em 1899. Caiado de Castro foi militar e

¹¹⁸ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 30.ago.1961, Seção II, p. 1859).

¹¹⁹ Ibidem, p. 1860.

¹²⁰ O aparte é uma das formas pela qual o senador pode fazer uso da palavra e ocorre quando um parlamentar está discursando e outro deseja acrescentar, esclarecer ou opinar algo sobre o discurso em andamento. O aparte está previsto, atualmente, no Art. 14, inciso XII, do Regimento Interno do Senado Federal.

¹²¹ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 30.ago.1961, Seção II, p. 1860).

¹²² Ibidem.

¹²³ NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital, fundada em 1955 com o objetivo de executar os serviços de construção da nova capital da República, Brasília. Fonte: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 09/10/2016

¹²⁴ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 30.ago.1961, Seção II, p. 1862).

comandou o 1º Regimento de Infantaria durante a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial contra as forças do Eixo - Alemanha, Itália e Japão. Comandou o ataque a Monte Castelo, em território italiano, no início de 1945. Elegeu-se senador pelo PTB em 1954 e faleceu em 1963.¹²⁵ O senador começou seu discurso expressando que “...jamais recuei ou me omiti no combate aos que se inclinam para a esquerda, para um regime incompatível com a dignidade humana, para um regime cujo objetivo é demolir a ordem social e minar os próprios alicerces da civilização” e completa mais adiante, “Quando fui surpreendido com a indicação de meu nome para concorrer a uma das vagas de Senador (...)na legenda do PTB iniciei minha campanha eleitoral declarando (...) que era católico de formação democrática e intransigente na luta contra o comunismo”¹²⁶ Identifica-se, no discurso de Caiado de Castro, o imaginário anticomunista modelado por Rodrigo Patto Sá Motta. Primeiro, o senador atribui a desordem, a desestabilização e a destruição da civilização ao comunismo. Em um segundo momento, o senador identifica-se como católico, cristão e, portanto, contrário ao Diabo, que vincula-se ao comunismo na representação anticomunista. Ironicamente, Caiado de Castro é um dos senadores que mais abertamente ataca os Ministros Militares e defende a posse de João Goulart sem alterações na Constituição¹²⁷:

Sou como Santo Tomé, quero ver para crer. Nada, porém, me fará mudar, nem as ameaças, nem as demonstrações de força (...) Sou contrário a essas demonstrações, Sr. Presidente, coerente comigo mesmo. Estou pronto a cair, a continuar lutando para que seja mantida a Constituição neste País (...) O que não sei Sr. Presidente, porque não me ensinaram, porque não aprendi, porque meu temperamento não permite, é tomar parte nessas manobras de bastidores em que se negociam possibilidades de acordo de um e de outro.

As “possibilidades de acordo” a que se refere Caiado de Castro possivelmente estariam relacionadas a uma emenda constitucional que instituísse o parlamentarismo, regime em que o Presidente da República teria seus poderes diminuídos em detrimento de um Conselho de Ministros. Este conselho teria o poder de direção do governo e da administração federal.¹²⁸ Essa possibilidade vinha sendo cogitada pela alta cúpula do PSD e por diversas lideranças como uma saída para o impasse da posse.¹²⁹

¹²⁵ LEMOS, Renato. Caiado de Castro. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

¹²⁶ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 30.ago.1961, Seção II, p. 1864).

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Conforme o Art. 1º da Emenda Constitucional nº 4, de 1961. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/> Acessado em 1º nov 2016.

¹²⁹ MOREIRA, Regina da Luz e SOUSA, Luís Otávio. Amaral Peixoto. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

Caiado de Castro homenageou o Marechal Lott pelo manifesto que dirigiu à nação conclamando todos a defender a Constituição. Segundo o senador “O velho Marechal Lott é aquele mesmo que foi meu instrutor na Escola Militar e que, agora, no ocaso da vida, está sabendo ser fiel ao que ensinou (...) trazendo seus conselhos aos jovens (...) no sentido de que respeitem a Constituição”¹³⁰ Ao finalizar seu discurso, o senador diz que teme a guerra civil e que acredita que “poucas horas nos restam”¹³¹. O medo da guerra civil certamente está relacionado às ameaças de bombardeio ao Palácio do Piratini, no Rio Grande do Sul, e à cisão das Forças Armadas. Desse modo, uma guerra civil opondo o III Exército ao resto das Forças Armadas era uma possibilidade plausível naqueles dias de agosto.

O ponto de inflexão que sinaliza Jorge Ferreira é perceptível no tom dos discursos parlamentares. Se até dia 28 de agosto, período anterior à cisão do Exército, os discursos tentavam minimizar um possível golpe militar e aconselhavam serenidade, a partir de 29 de agosto os discursos tornaram-se mais agressivos. Considere-se, por exemplo, o questionamento ainda do senador Caiado de Castro: “Pode-se levar o País a uma guerra civil apenas porque três homens acham que é inconveniente a presença do Vice-Presidente eleito duas vezes - o que é preciso explicar - para substituir o Presidente da República?”¹³² Além disso, o senador Jarbas Maranhão (PSD/PE), ao fazer defesa da Constituição, assinalou que noticiários afirmavam que “o III Exército estava atento na defesa da ordem legal e na defesa das instituições do País”. Assim, o III Exército parece ser um respaldo, naquele momento, à autonomia do Congresso Nacional na solução da crise.

Ainda assim, como se verá mais à frente, no parecer da comissão mista de análise do veto militar, a corrente que defendia o parlamentarismo ganhava força. O senador Lino de Mattos (PTN/SP) naquela mesma sessão afirmou: “Ora, se o Sr. João Goulart, que é no caso diretamente interessado, (...) aceita a fórmula parlamentarista, por que eu vou ficar aqui, como D. Quixote, brigando para continuar nesta luta pelo respeito integral ao preceito da Constituição”¹³³ O senador acrescentou que o parlamentarismo seria uma forma de prestigiar o Congresso Nacional, tão desacreditado e atacado durante o governo Jânio Quadros. Em

¹³⁰ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 30.ago.1961, Seção II, p. 1864).

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ibidem, p. 1869.

¹³³ Ibidem, p. 1866.

concordância com Lino de Mattos, Vivaldo Lima (PTB/AM) declara aliviado: “O Regime Parlamentarista resolverá tudo!”¹³⁴.

No dia 30 de agosto de 1961, o relator da Comissão Mista instituída para apreciar a Mensagem 471/1961, que tratava do veto militar à posse de Goulart, emitiu parecer em que sugeria a adoção do regime parlamentarista. O relator, deputado Oliveira Brito (PSD/BA), ressaltou que “Quem examinar a história do Brasil em todo o curso do período republicano verificará que as sucessões presidenciais causaram sempre perturbações mais ou menos profundas na vida de suas instituições legais.”¹³⁵ Mais à frente o deputado completou¹³⁶:

O que desejo ressaltar é a profunda anormalidade das instituições republicanas sob o regime presidencial e concluir que outra alternativa não nos resta senão a de mudarmos de sistema, fazendo a experiência do sistema parlamentar, adaptado às condições peculiares à estrutura política do País e à experiência colhida pelas Nações mais adiantadas no campo do Direito Constitucional.

Após essas justificativas, o relator recomenda que a comissão¹³⁷:

- a) sugira ao Congresso Nacional a votação de Emenda Constitucional instituindo o regime parlamentar dentro dos moldes que mais se adaptem às condições do Brasil e atendam às circunstâncias da conjuntura atual da vida brasileira, ressalvados os mandatos eletivos vigentes;
- b) sugira ainda que a Câmara e o Senado adotem de imediato normas uniformes para a tramitação da referida Emenda.

Assim, o parecer da comissão mista não analisou ou procurou investigar as razões da “inconveniência por motivos de segurança nacional” da posse do Vice-Presidente, João Goulart, alegada pelos ministros das pastas militares. Seguindo outro caminho, a comissão procurou justificar a conveniência de uma Proposta de Emenda à Constituição que alterasse o sistema de governo de presidencialista para parlamentarista. Dessa maneira, João Goulart assumiria o governo com poderes diminuídos. Isso demonstra que a comissão, liderada pelo PSD, estava tentando uma saída que não rompesse completamente com os militares, que objetivavam um golpe, nem com os petebistas que desejavam a posse de João Goulart. No entanto, a comissão contrariava os legalistas, que exigiam o cumprimento da Constituição sem alterações. Amaral Peixoto, casado com Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas, era Presidente do PSD à época¹³⁸ e, segundo Jorge Ferreira, aconselhava “moderação e silêncio” a

¹³⁴ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 30.ago.1961, Seção II, p. 1866).

¹³⁵ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 30.ago.1961)

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ MOREIRA, Regina da Luz e SOUZA, Luís Otávio de. Ernani do Amaral Peixoto. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

João Goulart. Articulou, juntamente com Ranieri Mazzilli, a indicação de Tancredo Neves, político sem mandato na ocasião, mas com grande experiência, para ir a Montevideo, cidade onde estava João Goulart aguardando para retornar ao Brasil. A tarefa de Tancredo Neves era convencer o Vice-Presidente a aceitar o parlamentarismo.¹³⁹

O PSD, maior força eleitoral do país, havia feito, portanto, sua escolha. Não apoiaria a posse de Goulart sob presidencialismo como queriam Brizola e os legalistas, e tampouco aprovaria o *impeachment* de João Goulart, como queriam os Ministros militares. Talvez o pronunciamento do deputado Adauto Cardoso (UDN), na sessão do Congresso Nacional de 30 de agosto, resuma o sentimento de muitos parlamentares naquele momento: “Minhas razões são aquelas que estão na consciência de todos. Votarei pelo parlamentarismo, porque estou entre aqueles que não querem fazer heroísmo à custa do povo e da guerra civil”¹⁴⁰

Naquela mesma sessão do Congresso de 30 de agosto, o parecer da Comissão Mista pelo parlamentarismo foi aprovado ao mesmo tempo em que rejeitou-se o *impeachment* do Vice-Presidente João Goulart por 299 votos a 14.¹⁴¹ O Congresso, portanto, mostrava-se favorável à posse de João Goulart sob o parlamentarismo, mas ainda faltava negociar com o próprio Vice-Presidente e com os Ministros Militares.

No dia 31 de agosto, quinta-feira, o Senado reuniu-se para aprovar as normas especiais que regulariam a tramitação da PEC parlamentarista. Segundo Jorge Ferreira, “no dia 31, a possibilidade da guerra civil tornara-se assustadora.”¹⁴² O autor ressalta que as tropas do I e II Exército, ainda fiéis a Denys, adotaram uma estratégia defensiva na região entre Paraná e São Paulo. Já o III Exército teria optado por uma estratégia ofensiva, avançando para defesa da capital catarinense e da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, bem como reforçando as defesas de Porto Alegre.¹⁴³

Enquanto isso, em Brasília, o senador Novaes Filho (PSD/PE) havia tentado amenizar a situação de crise referindo-se às Forças Armadas: “todas as vezes em que o Poder lhes vem às mãos, elas, tranquilamente, o devolvem ao Poder Civil. Foi o que aconteceu em 1930, em 1937, em 1945, em 1954. É o que estamos assistindo no momento que passa”¹⁴⁴ O senador

¹³⁹ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 250.

¹⁴⁰ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 31.ago.1961)

¹⁴¹ FERREIRA, Jorge, op. cit, p. 247.

¹⁴² FERREIRA, Jorge, op. cit, p. 241.

¹⁴³ FERREIRA, Jorge, op. cit, p. 241.

¹⁴⁴ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 01.set.1961, Seção II, p. 1881).

estava correto em relação a 1961: o poder seria entregue aos civis. No entanto, menos de 3 anos depois, em 1964, aquele padrão não se repetiria. A fala do senador reflete a cultura de intervenções de que trata José Murilo de Carvalho, mais precisamente, a intervenção moderadora, promovida pela cúpula das Forças Armadas, alinhada à elite econômica.¹⁴⁵ Já durante a noite de quinta-feira, dia 31, o senador Paulo Fender (PTB/PA) atacava os militares: “eu me animo, ainda, a formular um apelo para que S. Exas. recuem do crime que estão cometendo para com o povo brasileiro”¹⁴⁶

Em seguida, o Presidente declarou que estava sobre a mesa o Projeto de Resolução nº 44 de 1961 que “regula a tramitação do Projeto de Emenda à Constituição”¹⁴⁷. Na justificção do projeto, peça que expõe as razões que lhe motivaram, consta que a resolução tem por objetivo “possibilitar rápida tramitação, no Senado, do Projeto de Emenda à Constituição”. Acrescentou-se ainda que “Trata-se de normas que não incorporarão em definitivo o Regimento Interno da Casa, exaurindo-se com a ultimação do curso do referido projeto.”¹⁴⁸ Na sequência, foi lido o Requerimento nº 354 de 1961 que pedia urgência na apreciação do Projeto de Resolução nº 44 de 1961. O requerimento de urgência foi aprovado e as normas para tramitação da Emenda Constitucional foram discutidas e aprovadas ainda naquela noite, nos seguintes termos:

Resolução nº 44, de 1961¹⁴⁹

O Senado Federal resolve:

Artigo Único. Para a tramitação no Senado Federal do Projeto de Emenda à Constituição resultante de deliberação tomada pelo Congresso em sessão de 30 de agosto do ano em curso, são estipuladas as seguintes normas:

- 1 - Para emitir parecer sobre o projeto será constituída Comissão Especial de sete (7) membros, designados pelo Presidente, mediante indicação dos Líderes das bancadas partidárias.
- 2 - Recebido o projeto, será imediatamente lido em Plenário e encaminhado à Comissão. Não estando o Senado em sessão, o Presidente poderá convocar sessão extraordinária para a sua leitura.
- 3 - Na sessão seguinte será lido ou proferido oralmente em Plenário o parecer da Comissão, cujo texto, em avulsos impressos ou mimeografados, será mandado distribuir aos Senadores.
- 4 - Na sessão que se seguir à apresentação do Parecer, o Projeto figurará em Ordem do Dia para primeira discussão.
- 5 - Aprovado em primeira discussão, será dado para segunda discussão na sessão seguinte.
- 6- Em cada discussão, poderá usar da palavra um representante de cada Partido pelo prazo de quinze (15) minutos.

¹⁴⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 38.

¹⁴⁶ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 01.set.1961, Seção II, p. 1884).

¹⁴⁷ Ibidem, p.1885.

¹⁴⁸ Ibidem, p.1885.

¹⁴⁹ Ibidem, p.1887.

7 - Encerrada a discussão processar-se-á imediatamente a votação, em globo, pelo processo simbólico, podendo ser encaminhada por um representante de cada Partido, pelo prazo de cinco minutos.

8 - Não será aceito requerimento de adiamento de discussão ou votação, nem se admitirão emendas ao projeto, nem destaques.

9 - Aprovado o projeto em duas discussões por dois terços dos membros do Senado, a Mesa tomara as providências necessárias para a sua promulgação, independente de redação final, no caso de ser o projeto originário da Câmara e aprovado por igual *quorum* na Casa de origem, ou para a sua imediata remessa à Casa revisora, se de iniciativa do Senado.

Em resumo, os legisladores estabeleceram um rito rápido para a aprovação da Emenda Parlamentarista. O processo todo resumiria-se a 4 sessões do Senado sem interstício mínimo de horas ou dias entre elas: 1ª Sessão: Leitura do projeto e encaminhamento à Comissão Especial, composta por 7 senadores escolhidos pelos Líderes partidários, para emissão de parecer; 2ª Sessão: Leitura do parecer; 3ª Sessão: primeira discussão e votação, sendo necessário o voto de $\frac{2}{3}$ (dois terços) dos senadores para aprovação; 4ª Sessão: segunda discussão e votação, sendo necessário o voto de $\frac{2}{3}$ (dois terços) dos senadores para aprovação. Como o processo seria iniciado na Câmara dos deputados, após aprovação em duas discussões, o projeto seria encaminhado para promulgação.

A Resolução nº 44 de 1961 resolvia a questão regimental de tramitação do projeto de Emenda à Constituição. A questão política, ou seja, a quantidade de votos necessários para aprovação da emenda, parecia sedimentar-se cada vez mais à medida que os discursos ficavam mais favoráveis ao parlamentarismo. Havia ainda a necessidade de um entendimento com os dois pólos antagônicos da crise: os ministros militares e o Vice-Presidente. Para Jorge Ferreira, a campanha da legalidade, o Congresso Nacional e a ruptura das Forças Armadas debilitaram a autoridade de Denys, Moss e Heck: “os ministros militares perdiam cada vez mais a capacidade de manejar os símbolos que garantiam a legitimidade do poder”¹⁵⁰

No dia 31 de agosto, 10 governadores de estados reuniram-se no Rio de Janeiro com intuito de convencer os ministros militares a aceitar a decisão do Congresso Nacional no que se referia à solução da crise. Os generais Osvino Ferreira Alves, Ladário Telles, Amaury Krueel, Paiva Chaves, Teles da Costa, Idálio Sardenberg e Neslon de Melo também se reuniram para discutir a crise. Solicitaram a Segadas Viana que informasse a Denys sobre o resultado de suas discussões: “não concordavam com as acusações e as suspeitas que o

¹⁵⁰ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 247.

ministro lançara contra Goulart”¹⁵¹ Pediram-lhe, também, que “acatasse qualquer solução que o Congresso tomasse para acabar com a crise política, fosse a votação favorável ao parlamentarismo ou à manutenção do presidencialismo”¹⁵² Denys pediu para se reunir com os generais e acabou cedendo: aceitaria o resultado das deliberações do Congresso Nacional. Para Juraci Magalhães, governador da Bahia, que presenciou aquelas negociações, “Denys estava mais sereno, porém Heck, muito exaltado, não se conformava em deixar Jango assumir”¹⁵³ Cordeiro de Farias, militar nomeado por Denys, em 29 de agosto, para comandar o III Exército no lugar de Machado Lopes, teria dito ao governador da Bahia “Juraci, isso é tudo fantasia. Fui designado comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul, exatamente para tentar impor a ordem no estado, mas posso lhe assegurar que Denys não tem mais o controle da situação”¹⁵⁴.

Quanto a João Goulart, as negociações ocorreram durante o seu longo retorno da República Popular da China. Na tarde do dia 25 de agosto, quando a notícia da renúncia de Jânio começou a circular, já era madrugada do dia 26 em Cingapura. João Goulart foi acordado pelo correspondente do jornal *Última Hora*, João Etcheverry, que, ainda descalço, exclamou à porta do quarto de hotel de Jango: “Desperta bem despertado: o Jânio renunciou e agora tu és o Presidente!”¹⁵⁵ Porém, Jango logo soube também das restrições da cúpula militar a sua posse. Ao senador Dix-Huit Rosado (UDN/RN) afirmou que estava tranquilo, pois o mandato que queriam lhe tomar não era dele, mas recebido, por duas vezes, do povo. Mostrou-se sereno, mas admitiu que precisaria de apoio político para assumir a Presidência da República.¹⁵⁶

No mesmo dia, partiu para Paris via Zurique. Nesta última cidade, conversou com Brizola que lhe incentivou a retornar para assumir. Soube também que os militares ameaçavam lhe prender caso retornasse ao país.¹⁵⁷ Ao chegar em Paris, em 28 de agosto, decidiu encontrar-se com a família, que estava na Espanha. Preferiu que a esposa e os filhos permanecessem ali até que uma solução para a crise fosse encontrada¹⁵⁸. Retornou a Paris no

¹⁵¹ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 250.

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ MAGALHÃES, Juraci apud HAMILTON, Duda e MARKUN, Paulo. **1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil**. São Paulo: Benvirá, 2011, p. 243.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 244.

¹⁵⁵ TAVARES, Flávio apud FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 229.

¹⁵⁶ FERREIRA, Jorge, op. cit, p. 229.

¹⁵⁷ FERREIRA, Jorge, op. cit, p. 231.

¹⁵⁸ FERREIRA, Jorge, op. cit, pp. 231-232.

mesmo dia. Goulart oscilava entre um discurso em que tomaria posse nos termos da Constituição e outro em que admitia negociar.¹⁵⁹ Quando o deputado petebista, Carlos Jereissati, informou-lhe, pessoalmente da situação política no Brasil, Jango ficou mais apreensivo. Temia uma guerra civil. “Estou disposto a participar de negociações em Brasília a fim de garantir a estabilidade do regime e a paz”¹⁶⁰ Por telefone, em conversa com Juscelino Kubitschek e Amaral Peixoto¹⁶¹, afirmou: “Aceito o parlamentarismo, mas deixo ao Congresso a suprema decisão”. O presidente do PSD, Amaral Peixoto, lhe garantiu: “O PSD não vai apunhalá-lo pelas costas”. Assim, já nos primeiros dias da crise, antes de o Congresso instituir uma comissão mista para tratar do assunto, o parlamentarismo era uma possibilidade nas articulações políticas de bastidores. Ao receber o veto militar e instituir a comissão mista, que acabou por sugerir o parlamentarismo, a cúpula do PSD já havia sondado aquela alternativa com o Vice-Presidente.

Ainda no dia 28, Amaral Peixoto voltou a lhe alertar: “Nós não o apunhalaremos pelas costas... Mas não faça declarações, não se precipite. Sobretudo não venha para o Brasil já. Preste bem atenção no que estou lhe dizendo: não volte para o Brasil.”¹⁶² Na madrugada do dia 29, Jango viajou para Nova York, ou seja, estava seguindo os conselhos do presidente do PSD. Não voltaria ao Brasil naquele momento. Na cidade americana, Jango soube que o Congresso rejeitara seu *impeachment*.¹⁶³ Embarcou para a Argentina passando pelo Panamá e pelo Peru e chegou a Buenos Aires na tarde de 30 de agosto. No mesmo dia embarcou para Montevideo, no Uruguai.¹⁶⁴

No dia 1º de setembro, Tancredo Neves, político mineiro experiente e próximo a Jango, foi enviado a Montevideo por articulação de Ranieri Mazzilli e Amaral Peixoto. Seu objetivo era consolidar a aceitação do parlamentarismo por parte de João Goulart.¹⁶⁵ O argumento principal de Neves era a possibilidade de uma guerra civil: “O político mineiro argumentou que ele poderia chegar à presidência da República no regime parlamentar ou,

¹⁵⁹ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 237.

¹⁶⁰ CORREIO DO POVO (30.ago.1961) apud FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 237.

¹⁶¹ HAMILTON, Duda e MARKUN, Paulo apud FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 238.

¹⁶² LABAKI, Amir apud FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 242.

¹⁶³ FERREIRA, Jorge, op. cit, p. 248.

¹⁶⁴ FERREIRA, Jorge, op. cit, p. 249..

¹⁶⁵ FERREIRA, Jorge, op. cit, p. 250.

com todos os seus poderes, mas com as botas manchadas de sangue.”¹⁶⁶ João Goulart estava cada vez mais inclinado a aceitar a emenda parlamentarista. Em seguida, Tancredo ligou para Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar, para lhe informar sobre o estado das negociações. Geisel impôs mais duas condições: a) que Jango voltasse direto para Brasília, sem passar por Porto Alegre; b) que Jango não levasse Brizola a sua posse. Tancredo conseguiu convencer os militares a deixarem Jango passar por Porto Alegre, porém sem falar uma palavra ao público. João Goulart irritou-se com a última condição, mas acabou cedendo frente à possibilidade de enfrentamento militar em seu estado de origem.¹⁶⁷

Ao 1º dia do mês de setembro, as atenções voltavam-se ao Congresso Nacional. Esperava-se do Poder Legislativo Federal uma solução para a crise política. A impaciência dos senadores começava a aparecer em seus discursos: era preciso, de uma vez por todas, votar a emenda parlamentarista. O senador Lima Teixeira (PTB/BA) declarou aos congressistas¹⁶⁸:

É possível que dentro de poucas horas o Sr. João Goulart desembarque no Rio Grande do Sul. Neste momento, ele estará empossado, enquanto em Brasília se discute o sexo dos anjos parlamentaristas. E este Brasil infeliz teria - isto nos falta - dualidade de governo: um Goulart em Porto Alegre e um Mazzilli em Brasília. O que nos parece pior, muito pior, do que Goulart em Brasília. Por isso terá o Congresso de definir-se, com a maior urgência.

Lima Teixeira fez longo discurso defendendo a aprovação do parlamentarismo. Para o parlamentar, para além de ser uma solução à crise, o parlamentarismo corrigiria um problema do presidencialismo: o excesso de poder concedido ao Presidente. Ao se referir ao governo de Jânio Quadros, o senador ressaltou que “A certa altura, até, tivemos a impressão, no início de seu governo, de que estávamos numa ditadura, tais eram os poderes de que se revestia a pessoa do Presidente da República...”. Desse modo, a postura do senador revela as oposições que criaram-se, ao longo do governo Quadros, entre Executivo e Legislativo e como essa situação influenciou no sentido de facilitar a diminuição dos poderes concedidos ao Presidente da República por meio da Emenda Parlamentarista. Alô Guimarães (PSD/PR) seguiu o mesmo posicionamento de Teixeira. Para ele:

O Congresso Nacional, resolvendo pela emenda parlamentarista, não só procurou contornar as dificuldades criadas para a Nação, em face da crise político-militar que atravessamos, como ainda deu solução definitiva para os graves problemas que sempre agitaram o País no regime presidencialista (...) quando o Presidente da

¹⁶⁶ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 251.

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 02.set.1961, Seção II, p. 1894).

República, no regime presidencialista, deve exercer, com toda a plenitude o poder presidencial, ele pode se transformar até no maior dos ditadores.¹⁶⁹

Desse modo, o parlamentar paranaense participa do grupo que vê no parlamentarismo não apenas uma solução para enfrentar a crise política, mas também de corrigir uma falha do regime presidencialista. O discurso de Guimarães refere-se, também, quando cita “os graves problemas que sempre agitaram o País”, ao intervencionismo moderador das Forças Armadas, de que trata José Murilo de Carvalho. O parlamentarismo, nessa perspectiva, amenizaria aquele intervencionismo. Novaes Filho (PSD/PE) partilhava dessa visão e explicou que quando houvesse crises no parlamentarismo ou quando “se estabelecerem controvérsias, dúvidas e acusações (...) a respeito de um gabinete, este será substituído e as normas legais prosseguirão para a tranquilidade...”¹⁷⁰

Ainda nessa perspectiva, encontra-se o senador Afonso Arinos que pediu urgência na votação da emenda e disse que amadureceu “na convicção, na sincera, na sofrida, na dramática convicção de que o sistema presidencialista falhou no nosso País”¹⁷¹

Argemiro Figueiredo (PTB/PB), por outro lado, rebateu o argumento daqueles senadores:

... mesmo que estivéssemos no regime parlamentarista neste momento a crise militar poderia surgir: os Ministros militares poderiam declarar que não aceitariam a investidura nos Ministérios de delegados do Congresso porque não mereciam a confiança das Forças Armadas. Assim, parece-me que o defeito maior está na falta de compreensão dos homens e não no regime. De qualquer modo, estou solidário com Vossa Excelência. Esse é o pensamento de todos nós, tentarmos o novo sistema de governo a fim de recuperarmos a paz e a tranquilidade.¹⁷²

O senador faz parte de outra corrente que se posiciona favorável à aprovação da emenda parlamentarista como solução para a crise, para evitar um conflito armado. No entanto, não acredita no parlamentarismo como sistema melhor, capaz de amenizar as crises ocasionadas pelo intervencionismo militar que se verificava ao longo da história brasileira.

Naquele mesmo dia 1º de setembro, por volta das 18h30min, o Presidente comunicou ao plenário que recebera comunicação do Vice-Presidente, João Goulart, da cidade de Montevideo, no sentido de que sua posse fosse marcada para segunda-feira, 04 de setembro. O Presidente ressaltou que, nos termos da Constituição vigente, marcara a posse para 04 de

¹⁶⁹ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 02.set.1961, Seção II, p. 1895).

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ Ibidem, p. 1897.

¹⁷² Ibidem, p. 1895.

setembro às 15h. Ademais, salientou que, enquanto a emenda constitucional não fosse aprovada, deveria obedecer a Constituição vigente.

Mais tarde, passadas as 21 horas, o senador Dix-Huit Rosado (UDN/RN), que esteve com João Goulart na visita à China, afirmou que o Vice-Presidente estava disposto a concessões para resolver a crise. O senador disse que ouviu

... a palavra serena e corajosa do Presidente João Goulart - que seu espírito como disse S. Ex^a mais de uma vez estará aberto aos entendimentos e disposto a procurar, dentre as grandes reservas morais desta Nação, os homens que hão de ajudá-lo a recuperar o Brasil dos prejuízos causados por um gesto irrefletido de seu Presidente, que estremeceu o mundo inteiro.¹⁷³

Antes de finalizar aquela sessão, o Presidente designou, após consulta aos líderes partidários, os senadores que comporiam a Comissão Especial para emitir parecer acerca da Emenda Constitucional parlamentarista, em conformidade com o item 1º, Artigo único da Resolução nº 44, de 1961, citada anteriormente. Foram designados os seguintes senadores: Jefferson de Aguiar (PSD/ES); Gaspar Velloso (PSD/PR); Affonso Arinos (UDN/GB¹⁷⁴); Heribaldo Vieira (UDN/SE); Aloysio de Carvalho (PL¹⁷⁵/BA); Nogueira da Gama (PTB/MG); Nelson Maculan (PTB/PR).¹⁷⁶

No dia 02 de setembro, sábado, reuniu-se a Comissão Especial designada para emitir parecer à Emenda Constitucional parlamentarista. A comissão elegeu o senador Aloysio de Carvalho como seu Presidente e o senador Afonso Arinos como Vice-Presidente. Em seguida, o Presidente designou o senador Nogueira da Gama relator da matéria e marcou a próxima reunião para o mesmo dia às 14h, para conhecimento e apreciação do parecer.¹⁷⁷

Ao mesmo tempo, no plenário do Senado Federal, às 11h, era lido ofício de 2 de setembro do Senhor Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando o Projeto de Emenda Constitucional nº 5, a emenda parlamentarista. No ofício, o deputado informou que o projeto fora aprovado, na Câmara, por 234 votos sim e 59 não em 1ª discussão e 233 votos sim e 55 não em 2ª discussão.¹⁷⁸

Por volta das 16h de sábado, Lino de Mattos (PTN/SP) e Affonso Arinos (UDN/GB) começaram a cobrar do Presidente o parecer da comissão, que estava previsto para ser

¹⁷³ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 02.set.1961, Seção II, p. 1901).

¹⁷⁴ Guanabara foi um estado brasileiro criado para substituir o Distrito Federal que fora transferido para o Planalto Central em decorrência da construção de Brasília, a nova capital do Brasil.

¹⁷⁵ PL - Partido Libertador

¹⁷⁶ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 02.set.1961, Seção II, p. 1902).

¹⁷⁷ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 03.set.1961, Seção II, p. 1907).

¹⁷⁸ Ibidem.

apresentado às 14h.¹⁷⁹ Pouco tempo depois, chegou o parecer emitido pelo relator Nogueira da Gama (PTB/MG). Em seu parecer, o relator afirmou que a comissão mista que analisou o veto militar “...reconheceu uma anormalidade no funcionamento do regime presidencial...” e que isso ficara evidente frente ao veto militar à posse de João Goulart. Segundo o relator, o Congresso Nacional “ofereceu inequívoca desaprovação às objeções formuladas contra o Vice-Presidente eleito” Para Nogueira da Gama, a emenda parlamentarista, aprovada pela Câmara, “institui um sistema parlamentar, sob vários aspectos, atenuado, de acordo com as conveniências e os interesses nacionais”. Além disso, a Proposta de Emenda à Constituição seria capaz de “permitir uma organização política em condições de impedir dissídios políticos e as crises de caráter militar”. Por essas razões, sugere o relator a aprovação da mudança para o sistema parlamentarista.¹⁸⁰

Na noite daquele sábado, a Emenda Constitucional nº 4, de 1961, seria aprovada por 47 votos sim e 5 não em 1ª discussão e 48 votos sim e 6 não em 2ª discussão. Conforme compilação dos resultados apresentada na Tabela 1, praticamente 90% dos senadores aprovaram a emenda em 1ª e 2ª discussão. O quórum necessário era de 66,6%. Portanto, foi uma aprovação com uma margem significativa no Senado Federal. Por outro lado, na Câmara dos Deputados, cerca de 80% dos deputados aprovaram o Projeto de Emenda.

Casa Legislativa	Discussão	Votos favoráveis	Votos contrários	Total
Câmara dos Deputados	1ª	234 (79,9%)	59 (20,1%)	293
	2ª	233 (80,9%)	55 (19,1%)	288
Senado Federal	1ª	47 (90,4%)	5 (9,6%)	52
	2ª	48 (88,9%)	6 (11,1%)	54

Tabela 1: Resultados da votação da Emenda Constitucional nº 4, de 1961.

Ao longo das sessões de votação, talvez seja possível a identificação de três grupos, como já havia ficado claro no dia anterior. O primeiro grupo era composto por senadores que defendiam a aprovação da emenda parlamentarista como solução para crise e porque acreditavam no sistema parlamentarista. O segundo grupo era favorável à aprovação

¹⁷⁹ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 03.set.1961, Seção II, p. 1917).

¹⁸⁰ Ibidem, p. 1918.

unicamente como solução para a crise política. Por fim, o terceiro grupo, o menor dos três, era composto por parlamentares que se declaravam contra a aprovação da emenda.

Como visto, no dia 1º de setembro, Lima Teixeira (PTB/BA), Alô Guimarães (PSD/PR) e Novaes Filho (PSD/PE) compunham o primeiro grupo. No dia da votação, Lino de Mattos, também daquela corrente, afirmou que “realmente o regime presidencialista não aprovou bem. Fracassou.”¹⁸¹ A essa afirmação reagiu o senador Lobão da Silveira (PSD/PA), alinhado ao segundo grupo: “Quem fracassou foi o Sr. Jânio Quadros que, apesar de enfeixar em mãos tantos poderes, ainda queria outros mais altos, os de um ditador...”¹⁸² Ainda na perspectiva do primeiro grupo estava Affonso Arinos (UDN/GB) para quem o “sistema presidencial havia manifestado o seu iniludível fracasso”. Além do mais, o parlamentar afirma que “Não fomos coagidos (...) resistimos aos militares, resistimos aos golpistas e resistimos aos comunistas. Esta é a verdade histórica.”¹⁸³ Desse modo, Arinos nega as críticas de que a emenda seria resultado de uma coação militar. Ao contrário, na perspectiva do senador, o Congresso resistiu ao golpe. Ataca ainda os comunistas a quem o Congresso teria resistido. Aloysio de Carvalho (PL/BA), presidente da Comissão Especial, afirma que “a implantação do regime presidencialista no Brasil foi um equívoco”. Além disso, mencionou que aquela crise era uma oportunidade de dar uma tramitação rápida a uma emenda que já era conveniente muito antes da renúncia de Jânio Quadros.¹⁸⁴ Desse modo, o discurso desse grupo defende o parlamentarismo como um sistema superior ao presidencialismo e por isso sua aprovação era conveniente. É importante verificar que esse posicionamento exime o Congresso da crítica de que estava sendo coagido a aprovar a mudança de sistema. Nessa representação, uma vez que o parlamentarismo é melhor do que o presidencialismo, era evidente que o Congresso deveria aprová-lo.

O segundo grupo era composto por senadores que votavam o parlamentarismo, de certo modo, contrariados. Como citado anteriormente, Argemiro de Figueiredo (PTB/PB) fazia parte desse grupo. Lobão da Silveira (PSD/PA) afirma, em sua declaração de voto, que votou favoravelmente ao parlamentarismo para “evitar que o País se engolfasse na revolução civil”. Continuou: “A crise brasileira é mais profunda do que se pensa: é de ordem moral. E

¹⁸¹ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 03.set.1961, Seção II, p. 1909).

¹⁸² Ibidem, p. 1910.

¹⁸³ Ibidem, p. 1916.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 1921.

esta não se conserta com regimes políticos.”¹⁸⁵ Salviano Leite (PSD/PB) afirma que “não votaria a emenda parlamentarista em situação normal...”. No entanto, votou favoravelmente, para solucionar a crise e “porque com ela concordou o Dr. João Goulart”¹⁸⁶ Nessa declaração, é possível perceber a influência da negociação prévia para aceitação do parlamentarismo por parte de João Goulart. O senador coloca como motivo do voto favorável a sinalização positiva do Vice-Presidente. Victorino Freire e Sebastião Archer, ambos do PSD/MA, em sua declaração conjunta de voto, afirmaram: “Declaramos que contrariando nossas convicções presidencialistas, votamos a favor da Emenda (...) para tranquilizar o país na grave conjuntura política que sobre nós se abateu”¹⁸⁷. Coimbra Bueno (UDN/GO), ao defender o parlamentarismo como solução para a crise, revela o imaginário anticomunista de que trata Rodrigo Patto Sá Motta, associando o comunismo ao mal de forma geral:

Não afirmo que somente o Partido Trabalhista Brasileiro sofre infiltração de comunistas: o Partido Social Democrático, e a minha UDN e, dum maneira geral, todas as Entidades políticas, econômicas e sociais do País, especialmente as representativas das classes trabalhadoras, vêm sofrendo as consequências desse mal.

188

Por fim, o terceiro grupo votou contrariamente à Emenda Constitucional. Neste grupo figurava Cunha Mello (PTB/MA) para quem a emenda estava sendo votada “evidentemente sob coação e ao sabor de acertos e conchavos dos quais não tomamos conhecimento sequer”. Para o senador, a única alternativa era o cumprimento integral da Constituição vigente.¹⁸⁹ Guido Mondin (PRP¹⁹⁰/RS) declarou que votaria contra a Emenda: “Embora saiba que a Emenda Parlamentarista passará, quero que o meu Rio Grande saiba que o seu representante estará com ele nesta hora...”¹⁹¹ O representante do PTB de Santa Catarina, Saulo Ramos, também votou contrariamente ao parlamentarismo: “Fico ao lado do povo que tenho a honra de representar nesta Casa”¹⁹². Ary Vianna (PSD/ES) votou contra a Emenda e declarou que “votada com esta velocidade que estamos presenciando, importa, em última análise, numa capitulação do Congresso àquela insólita imposição dos ministros militares.”¹⁹³ Jarbas Maranhão (PSD/PE) afirmou que votava contra a Emenda por uma questão de consciência,

¹⁸⁵ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 03.set.1961, Seção II, p. 1926).

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 1925-1926.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 1912.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 1915.

¹⁹⁰ PRP - Partido de Representação Popular

¹⁹¹ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 03.set.1961, Seção II, p. 1921).

¹⁹² Ibidem, p. 1926.

¹⁹³ Ibidem, p. 1924

mas sabia ser seu voto vencido.¹⁹⁴ Por fim, o ex-Presidente da República e então senador pelo PSD de Goiás, Juscelino Kubitschek, declarou que “Só o povo pode decidir sobre o seu destino (...) O povo não foi ouvido. O povo não sabe o que foi decidido, no atropelo dessas votações realizadas em 24 horas (...) Fico fiel ao povo - aos seus mandamentos, ao seu voto, que foi dado pelo Presidencialismo”¹⁹⁵ Portanto, dos 6 votos declarados contrários à Emenda, 50% foram de políticos do PSD; 33,3% do PTB; e 16,6% do PRP. Os votos de Saulo Ramos e Guido Mondin basicamente buscavam atender os anseios de seu eleitorado, sob forte influência da legalidade. Ary Vianna e Cunha Mello alegaram que o Congresso estava sendo coagido pelas Forças Armadas a votar o parlamentarismo.

No outro dia, 3 de setembro de 1961, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 4, de 1961, que instituía o sistema parlamentarista. O Vice-Presidente voltou ao Brasil, passando por Porto Alegre sem fazer declarações ao movimento legalista que reunia-se em torno do Palácio do Piratini. Brizola e tantos outros legalistas decepcionaram-se com a atitude de Jango. Para muitos, entendimentos independentes da vontade do povo selaram um acordo que afrontava a democracia e a Constituição de 1946. O movimento legalista se desfez de certa forma decepcionado. João Goulart tomou posse no dia 7 de setembro de 1961.

Juscelino Kubitschek¹⁹⁶, um dos políticos mais expressivos naquele momento, em sua declaração de voto, talvez tenha feito uma das análises mais significativas acerca daqueles dias de 1961:

...fazemos uma transformação da nossa estrutura política sob pressão militar. Não é porque estejamos todos convencidos de que o novo regime há de melhorar o País, mas para resolver uma crise momentânea, que enveredamos pelo desconhecido, que adiamos a crise para agravá-la, talvez de forma irremediável amanhã.

¹⁹⁴ DIÁRIO do Congresso Nacional (DCN, 03.set.1961, Seção II, p. 1924).

¹⁹⁵ Ibidem, p. 1923.

¹⁹⁶ Ibidem.

CONCLUSÃO

O objetivo principal desta pesquisa, conforme colocado à introdução, foi analisar a historicidade da discussão e aprovação da Emenda Constitucional Parlamentarista de 1961 e explorar, ao longo dessa narrativa, em que medida estiveram presentes no discurso parlamentar as seguintes posturas, acompanhadas de suas representações: a) anticomunistas; b) intervencionistas; c) legalistas, em defesa da Constituição de 1946 e da democracia.

Em relação ao primeiro aspecto, ou seja, a historicidade da discussão e aprovação da Emenda Parlamentarista, verificaram-se, ao primeiro capítulo, as causas que motivaram a rápida tramitação do projeto de emenda constitucional que já tramitava no Congresso Nacional. Basicamente, verificou-se que a renúncia de Jânio Quadros e o subsequente veto militar à posse de seu sucessor, João Goulart, motivaram o empenho de alas expressivas das agremiações dominantes da época, quais sejam, UDN, PTB e PSD para instalar o sistema parlamentarista.

Ao segundo capítulo, analisou-se como a campanha da legalidade, no estado do Rio Grande do Sul, sensibilizou a opinião nacional em um sentido legalista. Da mesma forma, posturas legalistas no interior das Forças Armadas ocasionaram a ruptura do III Exército com o restante da organização com intuito de defender a legalidade ao lado do governador gaúcho. Esses movimentos que fortaleceram a legalidade refletiram nas posturas dos congressistas. O Congresso passa a criticar e enfrentar mais frontalmente o veto dos Ministros militares a partir desse momento.

De fato, o processo de aprovação da Emenda é dotado de uma historicidade complexa desde as causas que lhe colocaram como solução central da crise política até as negociações internas e externas ao Senado Federal. O período de tempo entre a renúncia de Jânio e a promulgação da Emenda é curto, mas de maneira alguma o parlamentarismo foi aprovado de maneira imediata, sem resistências ou negociações. Verificou-se que o projeto não avançou no Congresso sem um acordo com os Ministros militares e com João Goulart. Os resultados da votação da Emenda mostraram um Congresso coeso em direção ao parlamentarismo, mas a análise das representações dos senadores sobre aquele momento revelam que muitos que aprovaram o parlamentarismo o fizeram para mitigar a possibilidade de uma guerra entre duas facções das Forças Armadas. Outros poucos negaram-se a aprová-lo, seja por convicção de

que o correto era respeitar a Constituição em sua integralidade seja por apoio ao povo comprometido com a legalidade. Por fim, outra parcela decidiu por apresentar ao Congresso uma perspectiva em que o parlamentarismo já era um ideal a ser atingido antes da crise, por ser melhor do que o presidencialismo e, por isso, o Congresso deveria aproveitar aquela situação para adotá-lo. Verificou-se, ao segundo capítulo, que entre os udenistas, esta última postura foi mais recorrente. Além disso, nenhuma das declarações de voto contrárias à Emenda proveio desta agremiação.

Em relação ao item que visava a identificar representações do imaginário anticomunista de Rodrigo Patto Sá Motta¹⁹⁷, conclui-se, pela análise feita ao longo dos dois capítulos, que essas representações estiveram presentes no imaginário de senadores de todos os três principais partidos políticos e durante todo processo de tramitação da Emenda. Não se pode afirmar em que grau ou quão dominante era esse imaginário apenas pela análise realizada. No entanto, pode-se afirmar que as representações anticomunistas estiveram fortemente presentes nos discursos de Silvestre Péricles (PSD), Caiado de Castro (PTB) e Coimbra Bueno (UDN).

Com relação à hipótese implícita, no objetivo desta investigação, de que haveria discursos intervencionistas, em apoio ao veto militar, no âmbito do Congresso, deve-se, com base nas fontes analisadas, afastá-la. Ainda que seja possível que certos parlamentares desejassem que o veto militar à posse de João Goulart prevalecesse, nenhum deles expressou, em seu discurso, uma defesa nesse sentido. As fontes demonstram, ao contrário, um discurso bastante predominante de defesa da legalidade o que, inclusive, pode ter intimidado posturas dissonantes. No entanto, verificou-se que a legalidade defendida pelas grandes forças do Congresso, apoiadas por uma maioria, se distanciou, ao longo do processo, da legalidade defendida pela campanha no sul e em tantos outros estados do país. Optou-se por criar uma solução que atendesse parcialmente aos dois pólos do conflito e introduzir este mecanismo no campo da legalidade e da constitucionalidade.

Por fim, a defesa da Constituição foi predominante ao longo dos 10 dias de negociação. De fato, o histórico de intervenções militares na cena política brasileira de que trata José Murilo de Carvalho¹⁹⁸ está presente no imaginário dos congressistas. Frequentemente foram citados os episódios de 1930, 1945 e 1954. A intervenção moderadora,

¹⁹⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

¹⁹⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

operada pela cúpula do Exército ligada a setores conservadores e elites econômicas, era um temor de muitos senadores como verificou-se ao longo dos dois capítulos. Antes da divisão do Exército, até 28 de agosto, o medo da intervenção foi maior. Depois, o Congresso fortaleceu-se, de certo modo, e conseguiu propor uma solução intermediária. Como já mencionado, ao final, alterou-se, às pressas, os regimentos internos das Casas legislativas federais para legalizar uma tramitação relâmpago da Emenda Parlamentarista. Essa não era a legalidade defendida por parte da população brasileira. Tampouco era o que um grupo de parlamentares, que aprovou a emenda, julgava o ideal. A pacificação do país, no entanto, motivou o apoio àquela saída.

O próprio Vice-Presidente, João Goulart, flexível, favorável a negociações, aceitou o parlamentarismo, porque não desejou, de forma alguma, ser a figura central da causa de uma guerra civil. Tomar posse sob o presidencialismo, sob a legalidade, poderia gerar um conflito do qual Goulart não tinha certeza nenhuma de que sairia vitorioso. Na melhor das hipóteses, a legalidade venceria e ele assumiria, sob o presidencialismo, um país dividido, que passara por uma guerra civil. A ameaça da guerra civil certamente foi central para propiciar o apoio consistente que se verificou à Emenda Parlamentarista. Além do mais, Argelina Figueiredo ressalta que João Goulart, para além de querer evitar a guerra civil, não queria perder a oportunidade de assumir a Presidência da República.¹⁹⁹

Por fim, resta a perplexidade frente à energia e firmeza com que se opôs a sociedade brasileira ao golpe militar em 1961 e a facilidade com que este acabou ocorrendo menos de três anos depois. A solução encontrada em 1961 pode estar longe do que era imaginado pelos legalistas, mas o desrespeito à Constituição encontrou resistência no Congresso, na sociedade e no seio das Forças Armadas. Fico com as palavras de Jorge Ferreira²⁰⁰ em análise sobre aquele episódio: “é no mínimo curioso como, em período tão curto, a sociedade brasileira, combativa e ciosa da legalidade democrática em 1961, tenha aceito a solução autoritária em 1964, como se nenhuma outra alternativa existisse além dela.”

¹⁹⁹ FIGUEIREDO, Argelina apud FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 256.

²⁰⁰ FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 313.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, 1961. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/diarios/PublicacoesOficiais>>. Acesso em 21 mai. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Diário do Congresso Nacional (Seção II)**. Brasília, 1961. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/diarios/PublicacoesOficiais>>. Acesso em 21 mai. 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 09/09/2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

ARAÚJO, Maria Celina D'. **Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In AZEVEDO, Cecília...[et al.] (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CALICCHIO, Vera. Ranieri Mazzilli. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COSTA, Marcelo et al. Leonel Brizola. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In FONSECA, Pedro Cezar Dutra e BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Unesp, 2012.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

HAMILTON, Duda e MARKUN, Paulo. **1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil**. São Paulo: Benvirá, 2011.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAFER, Celso. Programa de Metas. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LEMOS, Renato. Caiado de Castro. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009.

MAYER, Jorge Miguel e XAVIER, Libânia. Jânio Quadros. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

MOREIRA, Regina da Luz e SOUSA, Luís Otávio. Amaral Peixoto. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

REIS, José Carlos: **Escola dos Annales - a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.